

REVISTA DO ILP

Nº 3 – Ano II – Dezembro de 2021

Instituto do
Legislativo Paulista

Revista do ILP

Nº 3 – Ano II – Dezembro de 2021

Publicação do Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas
Públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo
Instituto do Legislativo Paulista – ILP

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MESA DIRETORA**

Presidente: Carlão Pignatari

1º Secretário: Luiz Fernando T. Ferreira

2º Secretário: Rogério Nogueira

1º Vice-Presidente: Wellington Moura

2º Vice-Presidente: André do Prado

3º Vice-Presidente: Professor Kenny

4º Vice-Presidente: Caio França

3º Secretário: Léo Oliveira

4º Secretário: Bruno Ganem

**INSTITUTO DE ESTUDOS, CAPACITAÇÃO E POLÍTICAS
PÚBLICAS DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO
(INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA – ILP)**

Diretora-Presidente: Karina Leite do Carmo Conceição

Diretor-Executivo: Miguel Biazzo Neto

Diretor-Executivo: Mário César Cobianchi

REVISTA DO ILP

Editora: Any Ortega

Editora-associada: Silmara de Oliveira Lauar

CORPO CONSULTIVO

Alex Peloggia

Ana Carolina Corrêa da Costa Leister

Gabriela Lotta

Gazy Andraus

Giuliano Tierno de Siqueira

Julio de Souza Comparini

Luís Felipe Netto de Andrade e Silva Sahd

Marta Maria Assumpção-Rodrigues

Sílvio Gabriel Serrano Nunes

Sirlene Arêdes

Stanley Plácido da Rosa Silva



Revista do ILP

Nº 3 – Ano II – Dezembro de 2021

© copyright dos autores
© copyright desta edição: ILP

Revista do ILP

Publicação do Instituto do Legislativo Paulista
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
São Paulo (SP), Brasil
Número 3, dezembro de 2021.

Editora: Any Ortega
Editora-associada: Silmara Lauar

Revisão: ILP

Projeto gráfico, diagramação e arte final:
Edson Luis Verçosa Modena

Capa: Sede do ILP

FICHA CATALOGRÁFICA

Revista do ILP / Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas Públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo.
-- v. 2, n. 3 (dezembro, 2021). – São Paulo: Instituto do Legislativo Paulista, 2021;
23 cm

Anual
ISSN: 2446-600X

1. Ciência Política – Periódico. 2. Políticas Públicas – Periódico. I. Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas Públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo.

Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas Públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo (Instituto do Legislativo Paulista – ILP)

Avenida Sargento Mário Kozel Filho s/nº - 04005-080 – São Paulo – Brasil
(11) 3886-6288 / ilp@al.sp.gov.br / www.al.sp.gov.br/ilp

As opiniões e conceitos expressos nos textos assinados, bem como as informações fornecidas, a originalidade dos trabalhos, a citação de fontes e o adequado uso de imagens são de responsabilidade dos autores, não representando concepções oficiais desta publicação ou de sua editoria, do ILP ou da ALESP.

Publicação de livre acesso e distribuição gratuita. É permitida a reprodução, para fins de pesquisa e educacionais, não lucrativos, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

<i>Editorial</i>	8
------------------------	---

TEMAS CONTEMPORÂNEOS

<i>Letramento político: a experiência da Câmara Municipal de Itapevi</i> Marcelo Damasceno e Luiz Farias	10
<i>Homenagem ao padre Ticão: um líder dos movimentos sociais</i> Marta Assumpção-Rodrigues, Júlia Rossi e Julia Santos	27
<i>A importância do projeto político pedagógico para as escolas do legislativo</i> Roberto Lamari	44

ILP CIÊNCIA E CULTURA

ATAS DO SEMINÁRIO “O DIA DA TERRA”

Apresentação

Alex Peloggia	67
---------------------	----

O Antropoceno: uma introdução aos conceitos e significados

Alex Peloggia	69
---------------------	----

A proposição de um novo intervalo do tempo geológico: o Antropoceno

Paulo César Boggiani	72
----------------------------	----

O Antropoceno no Oeste Paulista

Antonio Manoel dos Santos Oliveira	74
--	----

As transformações da paisagem do Oeste Paulista

João Osvaldo Rodrigues Nunes, Érika Cristina Nesta Silva,	
---	--

Dener Toledo Mathias e Marcel Bordin Galvão Dias	77
--	----

Erosão rural e urbana

Antonio Jose Teixeira Guerra	81
------------------------------------	----

MEMÓRIA REVISTA DO ILP

(Resumos e Sumários do Número 1)

O ILP e a educação política: percepções com base em atividades de formação

Humberto Dantas e Iara Schiavi	84
--------------------------------------	----

Políticas públicas e planejamento estratégico: é possível compatibilizá-los?

Moisés da Silva Marques	85
-------------------------------	----

Sucesso eleitoral nas disputas municipais no estado de São Paulo em 2012

Adriano Codato e Mariana Lorencetti	86
---	----

Políticas públicas, globalização e estado democrático

Marco Aurélio Nogueira e Geraldo Di Giovanni	87
--	----

<i>Para conhecer o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)</i>	
Maria Paula Ferreira e Silvia Mancini	88
<i>Aspectos relevantes do processo legislativo do estado de São Paulo</i>	
Vítor Polacchini	89
<i>Prevenção à evasão escolar: confluências entre Brasil e Quebec</i>	
Mariana Estevam	90
<i>Dossiê Comissão da Verdade</i>	
Any Ortega, editora	91

PUBLICAÇÕES DO ILP

<i>Dicionário de Conceitos Políticos do ILP: sinopse</i>	
Any Ortega.....	93
<i>Cadernos do ILP 1(1-2), 2020</i>	
(sumário)	106
<i>Cadernos do ILP 2(1), 2021</i>	
(sumário)	108
<i>POLÍTICA EDITORIAL</i>	111

EDITORIAL

O primeiro número da *Revista do ILP* foi publicado em 2015, contando com editoria de Dainis Karepovs e Airton Paschoa. Tratou-se, como se evidencia por seu conteúdo e estrutura, de um projeto consistente, que abrangia seções temáticas diversificadas (Artigos, Dados Sociais, Estudos Novos, Aparte, Dossiê, Resenhas, ILP em Ação) e temática abrangente, conquanto naturalmente focada, em razão da própria natureza do Instituto do Legislativo Paulista, no campo da Política.

O texto de apresentação do periódico, assinado pela Mesa Diretora da ALESP à época, destaca o fato de o ILP ter gerado, por seu desempenho, uma “vultosa massa crítica e reflexiva que contribui para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo e da democracia no Estado de São Paulo”, e que, por isso, “a *Revista do ILP* aparece com a aspiração de contribuir para que esta produção circule, tome uma forma concreta e permita ao Poder Legislativo, também, acumular racionalmente esta experiência e organizar a discussão sobre suas funções tanto no campo da Ciência Política como naquele de políticas públicas”.

Tais considerações vêm ao encontro da introdução escrita, nesse número inicial, pela Diretoria do ILP, na qual se anunciou “a que veio” a *Revista*, “seus horizontes e limites”: “ou seja, ela nasce com a mesma missão do Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas Públicas do Estado de São Paulo (...): estudar, pesquisar e dar subsídios para os trabalhos parlamentares e ações legislativas na área de políticas públicas; buscar a integração da sociedade com o Parlamento e propiciar a capacitação e o aprimoramento profissional de seus servidores e, naturalmente, dos cidadãos”.

Neste ano de 2021, em que o ILP comemora vinte anos de existência, fazemos nossas tais intenções e, dando continuidade à proposta, apresentamos o segundo número da *Revista* que, em conjunto com a outra publicação periódica da instituição, os *Cadernos do ILP: Ensino – Pesquisa – Extensão Cultural*, constitui mais um esforço para a consecução das metas acima expostas.

Any Ortega, *Editora*
Silmara Lauar, *Editora-associada*

TEMAS CONTEMPORÂNEOS



LETRAMENTO POLÍTICO: A EXPERIÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI (SP)

Marcelo Simões Damasceno
Luiz Alberto de Farias

Introdução

Recente pesquisa do DataSenado aponta que 74% dos brasileiros têm ou já tiveram uma rede social *Facebook*, *Whatsapp*, *Instagram* ou *Twitter*. Um número expressivo, ainda mais quando confrontado aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, que indica que dois terços da população do país (69,8%) possuem conexão com a Internet.

São números que impulsionam as pesquisas de comunicólogos e cientistas políticos, que buscam compreender como essa rede comunicacional está fazendo parte do cotidiano das pessoas. Principalmente levando em consideração que a Internet, e sobretudo as redes sociais, vêm se tornando um espaço onde diferentes pessoas se conectam, compartilham conteúdo e participam do debate político em poucos cliques.

A expansão da Internet no Brasil e o número de pessoas conectadas em redes fizeram com que diferentes órgãos públicos criassem perfis nas redes sociais para interagir com as pessoas. Um novo canal que busca estabelecer uma reaproximação com esse público digital, assegurar transparência à gestão e incentivar a participação de todos no processo decisório. Como ocorreu na Câmara Municipal de Itapevi (CMI).

No entanto, para garantir o mínimo de sucesso nesta empreitada digital, é preciso que as informações disponíveis nas redes sejam de interesse público e seu conteúdo esteja acessível, permitindo ao cidadão compreender como funcionam os poderes públicos e conhecer o processo de escolha dos representantes. Um saber que pode ser transmitido ao cidadão por meio do letramento político, como destaca Cosson (2016, p.51): “são saberes relacionados ao funcionamento do Estado, com ênfase para os mecanismos democráticos, o que envolve, por um lado, um conhecimento sobre eleições, partidos e instituições, e por outro, os direitos e deveres do cidadão”.

Para tanto, este artigo foi dividido em quatro partes, além das considerações finais. A primeira visa a esclarecer a diferença entre comunicação pública e política; a segunda aborda como o *Facebook* tem auxiliado na estratégia de comunicação da CMI. Na sequência, há uma revisão bibliográfica sobre o letramento político. Por fim, o objetivo deste estudo: uma análise sobre a possibilidade de letramento político por meio das publicações realizadas no perfil da CMI no *Facebook*, no ano de 2019.

Comunicação política e comunicação pública

Com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), mais precisamente a Internet e as redes sociais, a participação de diferentes atores sociais no debate político ficou mais evidente, seja no período eleitoral ou no dia a dia das ações de um governo. Porém, apesar de todas as possibilidades de participação, o entendimento sobre em qual momento a comunicação ocorre, política e pública, ainda não é clara para atores que utilizam as TICs para expressar uma opinião.

Diferentes teorias foram apresentadas por comunicólogos sobre o que difere a comunicação política (CAÑEL, 1999; ACHACHE, 1990; FIGUEIREDO, 2008; MARQUES, 2011; RECUERO, 2009) da comunicação pública (DUARTE, 2007; MATOS, 1999; GOMES, 2011; OLIVEIRA, 2004). No Brasil e em outros países, os estudos sobre comunicação política têm abordado cada vez mais a contemporaneidade: *marketing* político, legislação eleitoral, processos eleitorais, análises de cenários políticos, impacto da mídia, imagem, propostas de governo, entre outros temas. Além disso, acompanham a transformação promovida pela internet e o uso das redes sociais (RECUERO, 2009; MAIA *et al.*, 2011) como “interação”, participação e debate político. Neste sentido, apesar da interação, a comunicação política estaria mais voltada ao processo de “persuasão” do eleitor no período pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral, tendo como base técnicas de marketing.

Este é um meio que possibilita o debate entre os atores sobre as propostas dos postulantes aos cargos públicos em ambientes físicos e digitais, mas restringe-se apenas, segundo Clemente (2015), à escolha e legitimação do anseio do eleitor por meio do voto.

Por outro lado, a comunicação pública busca envolver os atores na construção de políticas públicas, e deve estar pautada em assuntos de interesse público. De acordo com Matos, seria a ação governamental

que “legitima o conflito de interesses e, debatendo sobre interesses e necessidades particulares, cria direitos universais reconhecidos formalmente” (MATOS, 1998, p. 9). A autora deixa claro que a perspectiva que deve ser adotada por órgãos públicos é a comunicação pública, uma vez que ela é pensada como instrumento de reforço à cidadania, Estado, governo e áreas de interesse público. Um canal democrático destinado à sociedade para debater, peticionar, negociar e participar das decisões de interesse público.

Corroborando, Clemente acredita que esse debate entre representantes e representados passou a ter uma frequência maior de interação por meio das TICs: “A internet, por sua vez e de maneira especial, é exaustivamente apresentada como uma plataforma capaz de proporcionar debates com temáticas reativas à participação política e ao exercício da democracia” (CLEMENTE, 2015, p. 19). Já conforme Duarte:

A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática implica na mobilização, cooperação e formação de vínculos de corresponsabilidade para com os interesses coletivos, e a regra da luta pela inclusão são as expectativas e opiniões conflitantes e não o consenso de vontades. Por isso mesmo, as lutas mais recentes por direitos políticos, civis e sociais ajudaram o Brasil a ampliar a noção de cidadania enquanto um direito universal, não restrito a grupos ou classes sociais, definindo o cidadão como um sujeito capaz de interferir na ordem social em que vive, participando das questões públicas, debatendo e deliberando sobre elas. (DUARTE, 2007, p. 111-112)

Os autores citados demonstram que, apesar da conexão existente, há diferenças entre as comunicações e as suas áreas de atuação no cotidiano, uma vez que elas também adotam práticas diferentes na estratégia de comunicação.

Contudo, é na comunicação pública que os órgãos públicos estão desenvolvendo estratégias digitais, criando perfis nas redes sociais com o objetivo de comunicar-se com os cidadãos, divulgar informações de interesse público, além de buscar uma interatividade entre o proponente da política pública e o beneficiário dela.

O *Facebook* como canal auxiliar de comunicação pública na Câmara Municipal de Itapevi

Antes um distrito da cidade de Cotia (SP), Itapevi ganhou status de município a partir de 18 de fevereiro de 1959, com a Lei Estadual 8.525, sancionada pelo governador Carvalho Pinto. Localizada na Grande São Paulo, a cidade está a 43 km do marco zero da capital paulista, Praça da Sé, e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui um território de 82,658 km² e 240.961 habitantes. A cidade tem a sua economia assentada em três setores: indústria, comércio e serviço, que ajudam na composição do orçamento municipal que, para o ano fiscal de 2020, foi estimando em R\$ 794.792.269,06.

São números que colocam Itapevi no grupo das médias cidades brasileiras, com mais de 200 mil habitantes, que se desenvolveram mais rapidamente do que a média nacional. Esse grupo é formado por 48 cidades que, entre 2008 e 2010, tiveram um crescimento 153% no PIB. Nesse mesmo período, o crescimento do PIB brasileiro foi de 94% (DAMASCENO, 2015).

Em fevereiro de 2013, a CMI criou a sua página no *Facebook* com a denominação “Câmara de Itapevi”, durante a presidência do vereador Professor Paulinho. Desde então, o perfil se tornou um canal auxiliar na difusão de conteúdo sobre a instituição, além do *site*, a contribuir para diminuir as barreiras entre a CMI e a sociedade. Uma interação que pode ser mensurada por meio das postagens feitas na página em 2019, que receberam 11.127 curtidas, 2.828 comentários e 2.812 compartilhamentos, como aponta a Tabela 1. O que é visto por Ferrari (2014, p. 338) como um “afloramento espontâneo de uma nova democracia social”, uma vez que a instituição utiliza a rede para promover essa aproximação.

A página é coordenada por Rebeca Moreira, assistente legislativa e editora de arte, e Jairo Camilo¹, coordenador de comunicação, ambos vinculados à Coordenadoria de Comunicação da Câmara. Eles explicaram, em entrevista a este estudo, que o canal é utilizado para a publicação de ações da instituição como atividade legislativa, audiências públicas, reuniões, votações, ações de transparência e participação, campanhas de cidadania e cursos da Escola do Parlamento.

Antes de tratar da dinâmica deste trabalho, que busca identificar características do letramento político na página da CMI no *Facebook* em 2019, é necessário destacar os pontos que norteiam as ações nas redes

¹ Entrevista concedida por CAMILO, Jairo. Entrevista II [mai. 2020]. Entrevistador: Marcelo Simões Damasceno. São Paulo, 2020. Arquivo MP3.

sociais, uma vez que a instituição, além do *Facebook*, também possui perfis no *Linkedin*, *Instagram*, *Twitter*, *YouTube* e *Flickr* para promover exclusivamente a imagem da CMI, estimular a participação do cidadão, divulgar os serviços da Câmara - Escola do Parlamento, Banco de Leis, Biblioteca Legislativa, Procuradoria da Mulher, Ouvidoria -, entre outros.

Os tópicos destacam a intenção de usar as redes sociais para auxiliar na comunicação pública da Câmara, democratizar a informação, aproximar o cidadão da instituição, além de ser uma forma de contato e monitoramento do cidadão que fala e debate as ações da instituição. Segundo Moreira (2020), estabelecer pontos para trabalhar nas redes sociais é uma das mais importantes mudanças ocorridas desde a criação dos perfis.

O setor de comunicação era novo, pois todos haviam ingressado via concurso público no mesmo ano (2013) em uma área da Câmara que não tinha um histórico de continuidade de trabalho, e nem uma pauta voltada à comunicação pública. Até estabelecermos as diretrizes para o uso das redes sociais, a gente apenas replicava o que estava no site. Uma ação completamente inadequada hoje, mas foi preciso para estruturar o setor e implantar a comunicação pública uniformemente em todos os canais de forma sólida e com garantia de continuidade, mesmo com a troca da equipe. (informação verbal²).

Ainda conforme Moreira, nortear o uso das redes e focar na comunicação pública foi assertivo, fazendo com que a interação do público aumentasse. Atualmente, o *Facebook* é a principal rede social da CMI. As postagens, que antes eram replicações do site, agora possuem pauta própria. São anexadas fotos, peças publicitárias, textos, vídeos e links direcionados ao *site* da instituição ou aos demais perfis nas redes sociais.

Tendo o uso do *Facebook* definido entre janeiro e dezembro de 2019 – ano do primeiro biênio da nova Mesa Diretora que colabora com o uso das redes sociais para comunicar temas de interesse público –, foram publicados 683 *posts* (uma média de 1,8 por dia) com foco na comunicação pública de interesse social. As publicações são constituídas por imagens e vídeos acompanhados por pequenos textos e um *link*, onde a informação pode ser acessada em sua integralidade.

Dados da Coordenadoria de Comunicação apontam que a página teve um crescimento de 50,8%, ou seja, 1.000 seguidores a mais em 2019, em relação a 2018, como mostra o relatório *Share of Engagement, Site mLabs*,

² Entrevista concedida por BARBOSA, Rebeca, Moreira. Entrevista I [mai. 2020]. Entrevistador: Marcelo Simões Damasceno. São Paulo, 2020. Arquivo MP3.

do final de 2019. Um número relativamente alto quando comparado com o de outras Câmaras que integram o consorciamento Câmara Oeste: Câmara de Barueri, 18,5%; Câmara de Osasco, 16,9%; Câmara de Carapicuíba, 7,7%; e Câmara de Jandira, com 6,2%, dados também disponíveis no relatório.

Os números apontam para um impacto positivo do envolvimento da CMI no *Facebook*, o que, segundo Camilo (2020), é resultado de um planejamento voltado às contas da instituição nas redes sociais, que prevê postagens temáticas, *feedback*, integração com os demais canais e monitoramento. Esse último, para ele, é um dos itens mais importantes. Algo corroborado por Tarcízio (2011), pois é por meio do monitoramento que se conhece melhor os hábitos e desejos do seu público, otimizam-se as ações e se corrige o planejamento. Além de ser uma forma de aprendizado sobre este público:

[...] Coleta, armazenamento, classificação, categorização, adição de informações e análise de menções online públicas relacionadas a determinado termo e seus emissores, com os objetivos de: (a) identificar e analisar reações, sentimentos e desejos relativos a produtos, entidades e campanhas; (b) conhecer melhor os públicos; e (c) realizar ações reativas e proativas para alcançar os objetivos da organização ou pessoa. (TARCÍZIO, 2011, p. 56).

A existência de um monitoramento congrega uma das principais mudanças que a internet trouxe para a sociedade: a possibilidade de socialização e diálogo por meio de uma comunicação mediada pelo computador (CMC) ou por plataformas móveis, celular ou tablet. De acordo com Recuero (2010), essa socialização une um conjunto de atores, pessoas, grupos, instituições e suas conexões em uma rede de interações ou laços sociais, o que antes não era fácil de ocorrer no meio físico.

Um ator, assim, pode ser representado por um weblog, por um fotolog, por um twitter ou mesmo por um perfil no Facebook. E, mesmo assim, essas ferramentas podem apresentar um único nó (como um weblog, por exemplo), que é mantido por vários atores (um grupo de autores do mesmo blog coletivo). (RECUERO, 2010, p.25).

O ingresso da CMI nas redes sociais, mesmo em uma cidade com mais de 200 mil habitantes, ampliou o acesso de diferentes atores ao debate público que ocorre na Instituição, uma vez que, anteriormente, as dúvidas, sugestões, elogios e reclamações só poderiam ocorrer de forma presencial ou por contato telefônico, o que limitava as possibilidades de anonimato.

Hoje, a manifestação ficou pública. Segundo Recuero (2010, p.25), a nossa sociedade teria necessidade de exposição pessoal, o que é chamado de “imperativo da visibilidade”.

Na pesquisa, também foi possível identificar que a linguagem “mais informal” tem auxiliado na comunicação da Instituição, uma vez que os termos técnicos deram lugar a palavras próximas ao cotidiano, como ocorreu na postagem sobre a TV Câmara, realizada no dia 24 de junho de 2019, quando foi usado o termo “Se liga”. A ação assemelha-se a adotada pelo Senado Federal (2018): “linguagem breve e simplificada, com conteúdo fácil e direto”. Algo que pode despertar o interesse de diferentes atores sociais a participar do debate político ou a registrar a sua opinião na postagem.

Letramento político no ambiente digital

Possibilitar acesso à informação é uma ação recente no cenário brasileiro, ainda mais quando levamos em consideração a potencialização que essa ação teve por meio das TICs. Apesar desse progresso, essa ação só terá uma “real” eficácia quando a população souber interpretar as informações às quais passou a ter acesso. Por isso, a informação deve ser clara, conhecida e acessível.

Nesse sentido, teóricos (COSSON, 2016; CRICK, 1998; CARVALHO, 2004) apontam que o letramento político pode auxiliar no processo de conhecimento de que o cidadão precisa. O letramento, traduzido do inglês *literacy*, tem origem nos anos 1950, quando Bernard Crick propôs a inclusão do ensino da democracia nas escolas inglesas.

Na época, Crick defendia que a disciplina fosse além de apresentar as instituições e as políticas sociais, incluindo “também as habilidades, os valores e atitudes que são necessárias à prática da boa cidadania na vida adulta” (CRICK, 1998, p. 64). Por esse motivo, o letramento político é o termo adotado neste artigo para definir melhor os aspectos apontados por Crick como mais relevantes para o conhecimento democrático, em relação a outras terminologias, como educação para a cidadania, educação política ou educação comunitária. Como define Cossen (2011, p. 51):

A expressão letramento político permite que se imprimam na nova denominação aspectos relevantes que não são possíveis nos termos anteriores, como é o caso de processo e apropriação, ao lado da incorporação de elementos mais operacionais em sua definição, o que acontece com a explicitação de práticas, conhecimentos e valores necessários para a sustentação da democracia.

Por meio das TICs, o letramento político ganhou um ambiente a mais em instituições de ensino e órgãos públicos, objeto deste estudo, para disponibilizar conteúdos relacionados à democracia. Como aponta Cosson (2016, p.51), “são geralmente relacionados ao funcionamento do Estado, com ênfase para os mecanismos democráticos, o que envolve, por um lado, um conhecimento sobre eleições, partidos e instituições, e por outro, os direitos e deveres dos cidadãos”. Temáticas que integram o cotidiano das pessoas no País.

É importante possibilitar ao cidadão informações sobre a organização do estado e as suas instâncias, pois são “órgãos responsáveis pela organização da vida do cidadão em sociedade, através dos quais as decisões públicas são formuladas e efetivadas” (RIBEIRO, 2010).

Cosson (2016) reconhece como importante tornar público esse saber, mas que seja complementado com um processo educativo:

A democracia é um saber que precisa ser experienciado para ser efetivamente apreendido. Nessa perspectiva, conta sobremaneira a aprendizagem difusa que o ambiente democrático proporciona, ou seja, aprendemos democracia simplesmente porque a vivemos em nosso cotidiano. (COSSON, 2016, p. 55-56)

Com base nesse pensamento é possível entender que, além das referências básicas mencionadas acima, para que o letramento seja bem-sucedido é preciso incluir ações ligadas ao cotidiano. Como também apontam Biesta *et al.* (2009), é necessário situar o aprendizado da cidadania na vida cotidiana.

Cosson (2016), em suas pesquisas, destaca o texto *Democracia e Diversidade* (BANKS *et al.*, 2005), que apresenta quatro princípios e dez conceitos que objetivam o ensino da democracia. Os princípios são divididos em duas seções. A primeira diz respeito aos direitos humanos, à interdependência derivada da globalização e ao equilíbrio entre unidade e diversidade nas relações sociais. A segunda é sobre o letramento político, cujos princípios apresentam um caráter amplo e inclusivo do cidadão.

Entre as literaturas analisadas, o texto *Democracia e Diversidade* (BANKS *et al.*, 2005, *apud* COSSON, 2016, p. 52-53) apresenta uma maior amplitude sobre o letramento político, abordando termos diretamente ligados ao cotidiano do cidadão.

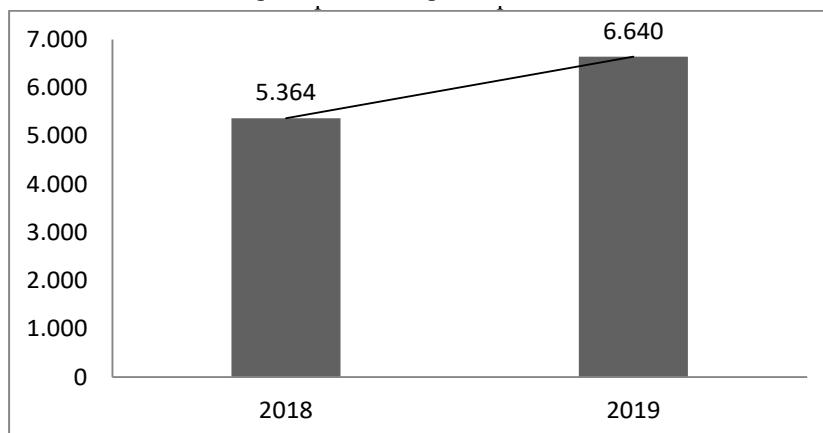
Tal amplitude não deve servir para inibir ou restringir ações, antes abre caminhos para aprimoramentos e escolhas mais conscientes de como promover a democracia mediante diferentes possibilidades de atuação no campo do letramento político (COSSON, 2016, p 53).

Nesse sentido, a literatura foi adotada como base para a análise das postagens realizadas na página da CMI no *Facebook*, e identificar aspectos do letramento político na comunicação pública e na esfera digital praticada pela Instituição, uma vez que a página é um dos ambientes digitais no Município de Itapevi a disponibilizar informação de interesse público a diferentes segmentos sociais.

Metodologia e resultados

Para a realização do estudo, foram extraídos dados da página da CMI no *Facebook* de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, quando o perfil ganhou 1.276 novos *likes* em um ano.

Gráfico 1 – Comparativo de *likes* por ano: 2018/2019.



Fonte: Perfil *Facebook* Câmara Municipal de Itapevi

O estudo reuniu as 683 postagens realizadas em 2019, o que possibilitou realizar uma análise seguindo o conceito do letramento político proposto por Cosson (2016): funcionamento do estado, mecanismos democráticos, conhecimento sobre eleições, partidos, instituições, e os direitos e deveres do cidadão. As postagens foram classificadas em dez eixos temáticos consonantes ao letramento político: Lei (L), Transparência (T), Comunicação Pública (CP), Educação Legislativa (EL), Participação (P), Procuradoria da Mulher (PM), TV Câmara (TV), Ouvidoria Legislativa (OL), Cidadania (C) e Atividade Legislativa (AL).

No período analisado, foi possível identificar mais postagens relacionadas aos temas Atividade Legislativa (191), Participação (113), Comunicação Pública (94), Cidadania (92) e Educação Legislativa

(90), o que reforça a iniciativa da CMI em produzir e compartilhar na página o saber político defendido por Cosson (2016) e Banks (2005). Os meios utilizados para fazer as postagens foram foto, texto, *link*, vídeo e outros, sendo também foi identificada a combinação de meios na mesma postagem.

Conforme os dados foram sendo mensurados, por meio da metodologia quantitativa, surgiu a necessidade de identificar a valorização das postagens dentro dos conceitos do letramento político, fazendo com que a análise também tivesse um olhar qualitativo para auxiliar na melhor compreensão do uso da página como possível instrumento de promoção do letramento político.

O conteúdo postado fez com que o objeto do estudo deixasse de ser apenas um dado, mas sim, segundo Santaella (2002, p. 144), “parte integrante do processo de conhecimento, atribuindo significados àquilo que pesquisa”

Significação que reforçou a classificação das postagens, pois era necessário interligar os contextos sociais existentes no conteúdo, como destaca Cosson (2016, p. 52):

(...) o letramento político não pode ficar restrito aos limites nacionais dados pela Constituição (...) perdendo de vista contextos sociais, políticos e econômicos mais amplos. Nem restrito a uma visão liberal, generalista ou abstrata dos direitos humanos, que ignore as lutas por reconhecimento das diferenças e igualdade de direitos de grupos sociais.

Na sequência, temos uma amostra das postagens realizadas no período, e em seguida uma análise sobre como a Câmara Municipal de Itapevi se propõe, por meio do *Facebook*, a promover o letramento político para aproximar o cidadão do debate político ocorrido na Casa de Leis. As postagens separadas, de forma simplificada, representam fragmentos da existência do letramento político na página: (Tabela 1)

A postagem “I - Ouvidoria Legislativa”, foi a sexta realizada em 2019, porém a primeira que teve como objetivo convidar a população a participar das sessões ordinárias, audiências públicas e demais temas debatidos na CMI. Uma ação que, segundo Cosson (2016, p. 55), deve ser incentivada: “democracia é um conhecimento que demanda engajamento (...) discussão de temas controversos, participação em atividades reais ou simuladas, análise crítica da experiência”. Este é um engajamento proposto pela Instituição por meio das redes.

Tabela 1 – Amostra de postagens por tema.

Data		Publicação	Meio	Classificação	Curtidas	Comentários	Compartilhamento	Alcance
I	08/01/19	A Câmara quer ter você mais perto, participando das ações de forma colaborativa.	Foto	OL	14	6	1	1.200
II	25/02/19	Projeto de lei (PL) determina que a empresa fornecedora de energia remova os fios e cabos.	Foto	AL	61	10	15	1.900
III	09//03/19	Orientação jurídica às mulheres vítimas de violência.	Foto	PM	48	1	20	3.300
IV	06/06/19	Vereadores se unem contra paralisação da empresa responsável pela coleta de lixo em Itapevi.	Foto	CP	43	14	63	5.008
V	23/07/19	Nota de pesar menino Yuri Ruan, de 12 anos.	Foto	C	636	195	236	49.100
VI	28/08/19	É Lei: ônibus vão parar fora do ponto.	Foto	L	44	15	22	3.100
VII	16/09/19	Aula inaugural do Curso de Jornalismo Político.	Outro	EL	24	0	5	1.600
VIII	24/09/19	Câmara Itinerante na Cohab.	Foto	P	7	1	0	557
IX	11/09/19	Deputado Caio França recebe Título de Cidadão Itapeviense e anuncia R\$ 200 mil para área da saúde.	Outro	TV	26	4	1	1.300
X	12/04/19	O Portal da Transparência: um instrumento importante de transparência aos atos da Casa de Leis.	Foto	T	3	0	5	764

Fonte: Perfil *Facebook* da Câmara Municipal de Itapevi

Este aspecto também é reforçado por Dewey (1939, *apud* COSSON, 2016, p. 55): “a tarefa da democracia será sempre a criação de uma experiência mais livre e mais humana, na qual todos participemos e para a qual todos contribuamos”. Essa abertura da CMI ao debate congrega o que é definido entre as possibilidades para o letramento político.

Estas características também foram identificadas nas postagens “IV - Comunicação Pública”, e “III - Procuradoria da Mulher”. Na primeira, a coordenadoria de comunicação comunicou uma ação tomada pelos vereadores sobre o problema da coleta de lixo na cidade. Já na segunda existem evidências de que, por meio da Procuradoria da Mulher, a Instituição tratou de uma pauta que diz respeito aos direitos humanos, além de promover “a interdependência derivada da globalização e o equilíbrio entre unidade e diversidade nas relações sociais, tudo isso tanto no nível local quanto no nacional e mundial (COSSON, 2016, p56)”. Duas postagens que congregam valores do letramento político.

Na postagem “II - Atividade Legislativa”, a página Câmara de Itapevi, no *Facebook*, apresentou ao debate público nas redes sociais um projeto de lei sobre a remoção de fio sem uso. A publicação, que exibia a imagem de um poste com vários fios, recebeu dez comentários, entre eles: “A Vivo vai passar uns 300 dias removendo os cabos que os funcionários preguiçosos deles deixam parados no poste” e “Aqui perto de casa tem vários assim”. Também houve uma sugestão: “Melhor para todos seria subterrâneo”.

Essa ação possibilita ao cidadão ter uma relação de proximidade com a pauta da Câmara, o que, de acordo com Cosson (2016, p. 56), é uma forma “de participação, ação e reflexão que são oferecidas pelas práticas e comunidades em sua vida quotidiana”.

O “conhecimento” (BANKS, 2005) é listado como um dos princípios voltados à educação para cidadania, identificado nas postagens “VII - Educação Legislativa”, e “X - Transparência”. Ambas criam possibilidades ao saber político, uma vez que para fiscalizar se faz necessário saber onde procurar as informações e como se organiza e funciona uma instituição pública (COSSON, 2016).

A postagem “VI - Lei”, “É lei, ônibus vão parar fora do ponto”, traz uma peça do ordenamento jurídico (COSSON, 2016). Contudo, ela também possui outros elementos ligados ao cotidiano: o cuidado para com as mulheres, os idosos e a pessoas transgênero que utilizam o sistema municipal de transporte, um público suscetível a diferentes formas de violência e preconceito, como exposto nos conceitos para o letramento político.

Outro conceito é a diversidade que vai das diferenças de classe social à religião, passando por gênero, orientação sexual, etnia, língua e necessidades especiais, que devem ser reconhecidas em uma sociedade democrática multicultural. (COSSON, 2016, p.53).

A análise mostrou que o saber político também foi exercido em um momento de comoção na cidade, após a confirmação do óbito do menino Y.

R., de 12 anos, vítima de violência sexual. Classificado como “Cidadania”, a postagem “V” recebeu 195 comentários, dos quais foi possível identificar, além das mensagens de condoléncia aos familiares e amigos, cobranças sociais que foram acentuadas nesta postagem: 1) na página da Câmara Municipal de Itapevi, realizada no dia 23 de julho de 2019: “(sic) imagine o enterro naquele cemitério que está nojento, sujo e cheio de mato (23/07/2019).”; 2) na página da Câmara Municipal de Itapevi, realizada no dia 24 de julho de 2019: “(sic) Meus sentimentos a família porém o presidente poderia manifestar a solidariedade aprovando em caráter de urgência uma lei municipal ou projeto na escolas em conjunto com a guarda Municipal para evitar situações de abuso sexual (como a vítima sofrida), não decretar luto e fechar a Câmara ... Tantas leis bacanas que poderia ajudar no quesito social que dá pra implantar através dessa ferramenta maravilhosa que eles têm que é essa “casa de leis” e me vem o presidente com essa ... Na moral tenho vergonha.”

Ações que demonstram um entendimento do cotidiano da cidade, além de diferentes formas de o cidadão construir o seu pertencimento em uma comunidade. Segundo Cosson (2016, p. 53), “o reconhecimento dessas diferentes identidades é parte essencial da tolerância e respeito que devem imperar em uma sociedade democrática”.

A democracia é um regime que demanda engajamento para a compreensão por parte da sociedade. Uma aliciação que pode ocorrer de diferentes formas, porém precisa proporcionar à população uma participação em atividades (COSSON, 2016). Algo observado na postagem “VIII - Participação”, quando a Câmara Municipal de Itapevi levou parte da sua estrutura a um bairro com a intenção de realizar uma sessão itinerante, além de disponibilizar serviços como Procuradoria da Mulher, Ouvidoria Legislativa e cursos por meio da Escola do Parlamento Dr. Osmar de Souza.

Nas postagens também foi identificado conteúdo com ênfase no funcionamento da instituição e interação entre legisladores de diferentes esferas que buscam solucionar problemas locais. Na postagem “IX - TV Câmara”, é registrada a passagem do deputado estadual Caio França em Itapevi para receber uma homenagem e anunciar a destinação de recursos estaduais à saúde municipal.

Esta ação configura o uso dos meios de comunicação da Instituição para uma prestação de contas com caráter mais informativo. Por mais que caracterize uma possibilidade de letramento político, ela não pode ser apenas constituída pelo caráter informacional:

“(...) a posse dessas informações pode desempenhar um papel fundamental na elaboração de conceitos e práticas vinculados à educação para cidadania. Mas sua mera tematização não garante uma ação educativa vinculada a esses valores” (Carvalho et al., 2004, p. 435).

A exposição que fiz teve como finalidade identificar características do letramento político nas postagens realizadas na página da CMI no *Facebook*, que possibilitem ao cidadão ter acesso ao saber político. Ficou clara a existência do letramento político nas postagens realizadas pela Coordenadoria de Comunicação no período analisado. A apresentação do conteúdo fraqueou ao público contato com o saber político necessário para refletir sobre os acontecimentos da cidade e participar do debate, além de incentivar a mobilização, como sugerido pela literatura que embasou este estudo. Contudo é preciso reforçar que, pela importância da Instituição, ainda existe campo para ampliar a prática do saber político pelo meio digital, uma vez que a Instituição é uma fomentadora da democracia no Município.

Considerações finais

Após meses de pesquisa, nota-se o quanto ainda é possível avançar na investigação das redes sociais como uma ágora para debates que conecta pessoas e organizações, constrói conhecimento e promove a aproximação do cidadão com os seus representantes públicos e instituições políticas. Ainda mais pelo fato de as redes sociais serem plataformas de uso recente em muitas instituições públicas no âmbito municipal, na divulgação de notícias e atos oficiais.

A análise do perfil da Câmara Municipal de Itapevi no *Facebook* buscou compreender como ocorreu o seu uso como ferramenta de comunicação, no ano de 2019, tendo como objetivo identificar conteúdos que possibilitem o letramento político, por meio de informações sobre o funcionamento da Instituição, participação popular, transparência e fiscalização. Ações que podem, com o tempo, tornar o indivíduo mais consciente dos seus direitos e deveres no âmbito municipal.

No estudo, verificamos que a interação do cidadão com o perfil da Câmara ainda é tímida em relação às respostas aos questionamentos dos internautas, mas acontece e gera engajamento, principalmente em postagens relacionadas às temáticas voltadas à cidadania, atividade legislativa,

participação e comunicação pública. Temas que, bem trabalhados, podem contribuir para que o cidadão tenha uma melhor compreensão sobre o que é debatido na Instituição.

Vale pontuar que, durante a análise das 683 postagens realizadas no ano em questão, o letramento político ocorreu em diferentes momentos, seja no que estabelece a Constituição Federal e outros ordenamentos jurídicos, seja na inclusão do cotidiano da cidade e região nas postagens, como defendido por Cosson (2016). O que amplia e pode despertar, ainda mais, o interesse do cidadão sobre o que é debatido na CMI.

Exposto isso, vale ressaltar que este estudo não é conclusivo, uma vez que ainda há muito espaço para debater a atuação da página da CMI no *Facebook*. Porém, comprehende-se que o perfil possui importantes indícios de cooperação para o letramento político do cidadão. Da mesma forma entende-se que é possível ampliar as ações de comunicação pública, no sentido de manter o cidadão informado sobre a política local, além de torná-lo um agente mais participativo no debate das pautas de interesse público.

É reconhecível o esforço da CMI em promover o letramento político na cidade por meio de uma rede social. Porém, ele deve ser seguido por uma prática educativa que eleve o conhecimento individual do cidadão sobre os seus direitos e deveres em uma sociedade democrática.

Por fim, a razão deste estudo foi trazer elementos que auxiliem pesquisadores da área, interessados nos temas relacionados a Internet, redes sociais, e-democracia e ciberpolítica em futuros estudos, além de abrir uma nova porta de pesquisa sobre o letramento político por meio das redes sociais nos municípios brasileiros.

Referências

- BANKS, J. et al. (2005). **Democracy and diversity**. Principles and concepts for educating citizens in a global age. Seattle, Centre for Multicultural Education, University of Washington. Disponível em: <<http://www.depts.washington.edu/centerme/DemDiv.pdf>>.
- BIESTA, Gert; LAWLY, Robert; KELLY, Narcie (2009) Understanding young people's citizenship learning in everyday life: the role of contexts, relationships and dispositions. *Education, Citizenship and Social Justice*, v. 4, v. 1, p. 5-24, DOI: 10.177/1746197908099374.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI (2020). Relatório das Mídias Sociais – janeiro a dezembro de 2019. Itapevi: CC.
- CAÑEL, María J. (1999). **Comunicación política**: una guía para su estudio y práctica. Madrid: Tecnos.
- CLEMENTE, Alexandre. (2015). Os senadores e o Facebook: uma análise sobre a presença dos parlamentares na rede social. Trabalho Final de Especialização, Instituto do Legislativo Brasileiro (Senado Federal), Brasília Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/516856>>.

- CORREIA, João C.; FERREIRA, Gil B.; SANTO, Paula E. (orgs.) (2010). **Conceitos de comunicação política**. Covilhã: LabCom Books.
- COSSON, R. (2011). Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. *E-legis*, Brasília, n.7, p. 49-58. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/90/76>>.
- DAMASCENO, Marcelo (2017). **O papel da assessoria de imprensa no legislativo Municipal**: estudo de caso - Câmara Municipal de Itapevi. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2017/09/marcelo-sim%c3%95es-damasceno-o-papel-da-assessoria-de-imprensa-no-legislativo-municipal-estudo-de-caso-%c3%82mara-municipal-de-itapevi.pdf>>.
- DUARTE, M. Y. (2007). Comunicação e cidadania In: Duarte, Jorge (org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas.
- FERRARI, Pollyana (2010). **A força da mídia social**: interface e linguagem jornalística no ambiente digital. São Paulo: Factash.
- FIGUEIREDO, Rubens (org.) (2008). **Marketing político em tempos modernos**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stifung.
- ITAPEVI, Câmara. É Lei: ônibus vão parar fora do ponto. Itapevi, 28 de ago., 2019. Facebook: @Camaraitapevi. Disponível em: <<https://www.facebook.com/camaraitapevi/photos/a.671260936329691/1929469887175450/>>.
- ITAPEVI, Câmara. Projeto de lei (PL) determina que a empresa fornecedora de energia remova os fios e cabos. Itapevi, 25 de fev., 2019. Facebook: @Camaraitapevi. Disponível em: <<https://www.facebook.com/camaraitapevi/photos/a.671260936329691/1929469887175450/>>.
- ITAPEVI, Câmara. A Câmara quer ter você mais perto, participando das ações de forma colaborativa. Itapevi, 8 de jan., 2019. Facebook: @Camaraitapevi. Disponível em: <<https://www.facebook.com/camaraitapevi/photos/a.671260936329691/1859690590820047/>>.
- ITAPEVI, Câmara. Orientação jurídica às mulheres, 9 de mar., 2019. Facebook: @Camaraitapevi. Disponível em: <<https://www.facebook.com/camaraitapevi/photos/a.671260936329691/1950193565103082/>>.
- ITAPEVI, Câmara. Vereadores se unem contra paralisação da empresa responsável pela coleta de lixo em Itapevi, 6 de jun., 2019. Facebook: @Camaraitapevi. Disponível em: <https://www.facebook.com/camaraitapevi/photos/a.671260936329691/2085032544952516/>.
- ITAPEVI, Câmara. Nota de pesar menino Yuri Ruan, de 12 anos, 23 de jul., 2019. Facebook: @Camaraitapevi. Disponível em: <<https://www.facebook.com/camaraitapevi/photos/a.671260936329691/2163726420416461/>>.
- ITAPEVI, Câmara. Aula inaugural do Curso de Jornalismo Político, 16 de set., 2019. Facebook: @Camaraitapevi. Disponível em: <<https://www.facebook.com/camaraitapevi/photos/a.671260936329691/2258933360895766/>>.
- ITAPEVI, Câmara. Câmara Itinerante na Cohab, 24 de set., 2019. Facebook: @Camaraitapevi. Disponível em: <<https://www.facebook.com/camaraitapevi/photos/a.671260936329691/2273629209426181/>>.
- ITAPEVI, Câmara. Deputado Caio França recebe título de cidadão itapeviense e anuncia r\$ 200 mil para área da saúde, 11 de set., 2019. Facebook: @Camaraitapevi. Disponível em: <<https://www.facebook.com/camaraitapevi/photos/a.671260936329691/2250369748418794/>>.
- ITAPEVI, Câmara. O portal da transparéncia: um instrumento importante de transparéncia aos atos da Casa de Leis, 12 de abr., 2019. Facebook: @Camaraitapevi. Disponível em: <<https://www.facebook.com/camaraitapevi/photos/a.671260936329691/1998980023557769/>>. Acesso em: 26 jul. de 2020.
- MARQUES, Ângela C. S. (2009). As interseções entre o processo comunicativo e a deliberação pública. In: Marques, Ângela C. S. (org.). *A deliberação pública e suas dimensões políticas comunicativas: textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica.

- MATOS, Heloiza (2011). Engajamento cívico e participação política: controvérsias entre as TIC's e o declínio do capital social. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, IV, UERJ, Rio de Janeiro, 2011, *Anais...* São Paulo: Compolitica – Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política.
- MATOS, Heloiza (2000). Ação política e propaganda eleitoral. *Comunicação e Educação*, São Paulo, *ECA-USP*, v. VII, n. 19, p. 25-31.
- MATOS, Heloiza; NOBRE, Guilherme F. (2009). Capital comunicacional. In: CONGRESSO LUSOCOM, 8, 2009, Lisboa. *Anais...* Universidade Lusófona, p. 78-91.
- MLABS, Share Of Engement, <<https://app.mlabs.com.br/monitoring>>.
- OLHAR DIGITAL. Brasil é o país que mais usa redes sociais na América Latina. Olhar Digital, São Paulo. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-usa-redes-sociais-na-america-latina/87696#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20pa%C3%ADs,M%C3%A9xico%2C%20de%20aproximadamente%2080%25.>>.
- RECUERO, Raquel (2009). *Redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina.
- SANTAELLA, Lucia (2002). *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hacker Editores.
- SILVA, Tarcízio (2011). Ferramentas de Mensuração e Análise de Mídias Sociais. Disponível em: <http://www.slideshare.net/tarushijio/ferramentas-demensuracao-e-analise> Acessado em 15 mai. 2020.
- SENADO FEDERAL. Projeto de lei contra *fake news*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/maioria-dos-brasileiros-apoia-a-criacao-de-uma-lei-contra-fake-news>. Acessada em 06 jul. de 2020.



HOMENAGEM AO PADRE TICÃO (1952-2021): UM LÍDER DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO

Marta Maria Assumpção-Rodrigues

Júlia Alcântara Rossi

Julia Vida B. Santos

*Dedicamos este artigo a
Sergio Phu.*

Introdução

Este artigo é uma homenagem póstuma que prestamos ao padre Ticão - como era conhecido o padre Antonio Luiz Marchioni, pároco da Paróquia de São Francisco de Assis, em Ermelino Matarazzo, Zona Leste da cidade de São Paulo. Padre Ticão faleceu no dia 1º de janeiro de 2021. Toda a comunidade da USP Leste presta seus sinceros sentimentos e agradecimentos por toda contribuição de Ticão para com esta comunidade.

Registrarmos neste artigo duas experiências que foram vivenciadas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP), quando contamos com a presença de padre Ticão nas disciplinas Resolução de Problemas (RP, 2005) e Resolução de Problemas com ênfase em Políticas Públicas (RP-PP, 2016). Nessas oportunidades, padre Ticão nos mostrou a trajetória não linear dos movimentos sociais da Zona Leste, em geral, e de Ermelino Matarazzo, em particular, destacando o momento em que nasceram, suas importantes conquistas e as dificuldades que os movimentos encontram nos últimos anos.

Este artigo está dividido em duas partes. Na primeira, tratamos da trajetória política do padre Ticão e de sua importância para os movimentos sociais da Zona Leste, utilizando o material colhido em duas entrevistas que o padre Ticão concedeu aos estudantes de Políticas Públicas da EACH/USP, em 2005 e 2016. Na segunda apresentamos,

de maneira breve, algumas perspectivas e desafios que encontramos hoje para implementar um dos projetos de extensão universitária da USP Leste, cujo objetivo é dar continuidade ao trabalho do padre Ticão, em meio a um contexto político e institucional de incerteza e fragilidade, tanto para a E.E. Irmã Anette Fernandes de Mello quanto para a comunidade do Jardim Keralux. Em tempos de desmotivação e falta de perspectivas pelos quais estamos passando, acreditamos que reconhecer a herança que padre Ticão nos legou, no plano das ideias, da organização dos movimentos sociais e da produção de políticas públicas na zona leste de São Paulo é nossa maneira de homenagear aquele que serve, e servirá, de inspiração para nós e gerações futuras, continuarmos atuando junto à comunidade do entorno da USP Leste pela ampliação dos direitos de cidadania.

Conhecendo e aprendendo com padre Ticão: os limites que a política impõe à política pública

A trajetória de luta política do padre Ticão teve início ainda na década de 1970, apoiando as greves de boias-frias e de professores no interior de São Paulo. “No interior, me chamavam de comunista”, disse ele certa vez em entrevista à Folha de S. Paulo. Antes mesmo do surgimento do MST, padre Ticão já estava envolvido em movimentos de luta por moradia. Segundo o jornal *Hardcore*, em 1980, ele “liderou a invasão, ao lado de membros das Comunidades Eclesiais de Base e pessoas da Zona Leste, do prédio da Secretaria de Estado da Habitação, para pressionar o então governador Franco Montoro (1983-87) a construir conjuntos habitacionais. Foi um grande apoiador das ocupações na região, muito antes da fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)”.³

É verdade que o padre Ticão, apesar da afinidade com as pautas sociais relacionadas à defesa dos direitos humanos, de saúde e educação, possuía certa fluidez no relacionamento com os diferentes governos. Quando morreu, políticos de governo e oposição demonstraram prontidão em suas homenagens. Personalidades como Eduardo Suplicy,

³ Disponível na íntegra em:
<<https://www.google.com/url?q=https://hardcore.com.br/morre-padre-ticao-lider-da-luta-pela-legalizacao-da-cannabismedicinal/&sa=D&source=editors&ust=1617233300452000&usg=AOvVaw1gE9he1JNAGvJkw8jq3yyP>>

o padre Júlio Lancelotti e Gleisi Hoffmann não pouparam palavras de elogio e lamentaram a perda do padre Ticão, assim como o então prefeito de São Paulo, Bruno Covas.

Visando esclarecer a importância da figura do padre Ticão para os movimentos sociais da Zona Leste, esta primeira parte tem por base uma pesquisa que a primeira turma de alunos⁴ de Políticas Públicas da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP realizou com o padre Ticão, através de uma entrevista que aconteceu em 22 de abril de 2005 na Paróquia São Francisco de Assis. O objetivo dos alunos naquele primeiro encontro era conhecer melhor o entorno da USP Leste, então recém-inaugurada, além de obter informações para realização de trabalho na disciplina de Resolução de Problemas (RP, 2005), cujo título era “Percepção dos Atores Envolvidos no Diagnóstico em Relação ao Ensino Oferecido/Recebido” - em ambas as escolas (EACH/USP e a Escola Estadual Irmã Annette Marlene Fernandes de Mello).

Esta parte traz também informações que alunos⁵ da disciplina *Resolução de Problemas: Políticas Públicas* (RP-PP) obtiveram através de uma segunda entrevista que realizaram com padre Ticão, mais de dez anos depois da primeira, em 24 de agosto de 2016. Desta vez, ele veio até o campus da EACH/USP para conversar com os estudantes sobre o tema do trabalho que eles desenvolviam e que se intitulava “O Processo Jurídico de Regularização Fundiária do Jardim Keralux e suas Implicações nas Políticas Públicas”. Vale observar que as citações apresentadas aqui foram todas extraídas das transcrições que os alunos realizaram destas entrevistas que compuseram os anexos dos respectivos trabalhos.

No primeiro encontro, em 2005, padre Ticão trouxe à luz diversos esclarecimentos sobre as principais características socioeconômicas do entorno do campus da USP Leste, as demandas sociais que foram sendo apresentadas ao longo do tempo, além das conquistas dos movimentos sociais na região e suas formas de mobilização. Apesar da afinidade com as pautas sociais, de pronto,

⁴ Fizeram parte desta primeira turma de Políticas Públicas da USP Leste (RP, 2005): Caio Araújo Ravagnani; Daniel Roberto Carnecine de Oliveira; Emílio Fernando Pereira de Azevedo; Luís Eduardo Trevisan de Leon; Lya Cynthia Porto de Oliveira; Marco Antonio de Andrade; Paula Trottmann; Thiago Monteiro Rodrigues; William Tahira Rabaldeli dos Santos.

⁵ Os seguintes alunos e alunas fizeram parte do grupo da disciplina Resolução de Problemas. Políticas Públicas, (2016): Adriana Alves; Beatriz Almeida; Flora Mota; Grasielle Emílio; Helena Costa; Igor Galvão; Jhonatan Alencar; Júlio César; Lizandra Aguiar; Luciano Sabino; Milena Edwirges; Nátila Lorraine; Paulo Zaidan; Raíssa Cainã e Sergio Phu.

padre Ticão enfatizou o fato de que a luta dos movimentos sociais em Ermelino Matarazzo nunca esteve diretamente atrelada a nenhum partido político específico. Porém, ao mesmo tempo, admitiu que lideranças locais estavam sintonizadas com políticos que não apenas se identificavam com a luta pela democratização e ampliação dos direitos de cidadania, mas também que estavam mais abertos à “escuta” dos movimentos sociais da ZL.

Além dessa autonomia dos movimentos sociais com relação aos partidos políticos, padre Ticão enfatizou também que as mobilizações sociais da ZL tinham sempre um eixo nas políticas públicas (habitação, educação, saúde), e que as demandas que iam surgindo desses movimentos eram sempre canalizadas pelas diversas lideranças àqueles que tinham responsabilidade pela implementação destas políticas tanto no âmbito municipal, quanto no estadual e no federal.

Sobre estes pontos, quando perguntado pelos estudantes: “Como o senhor conquistou esse acesso ao governador, a Brasília? Como foi articulado tudo isto? De que forma é feita a integração com a comunidade? Como o Sr. vê esta participação?”, padre Ticão respondeu (2005):

É sempre assim, um movimento muito articulado. Já vamos para a décima quinta caravana em direção a Brasília. Mas nós temos um princípio assim: as políticas públicas estão sempre sob as responsabilidades, tanto a municipal, a estadual e a federal. Os nossos movimentos, as pastorais, vão pressionando os três [níveis de] governos, pressionando pela saúde, pela moradia ... Toda quarta-feira à noite, por exemplo, tem reunião de moradia. Aí, reunimos 50, 60, 70 lideranças - e isto há vinte e um anos! Agora [2005], estamos programando uma viagem para Brasília. Já temos o pessoal programando as audiências.

Essa fala de padre Ticão é muito importante porque, olhando em retrospecto, podemos imaginar, por um lado, que essa proeminência de articulação dos movimentos sociais, mesmo sem relação estrita com instituições políticas, teria relação com a forma pela qual a sociedade civil brasileira fazia política, durante o regime militar. Isso significa dizer que, nascidos de forma espontânea e igualitária, os movimentos sociais dos anos 1970-1980 não adotavam, na origem, instituições formais nem distinções hierárquicas. Aliás, como Ruth Cardoso nos ensinou, o objetivo principal desses movimentos era

o combate à hierarquia (1983: 136). Daí se explica a aproximação dos movimentos sociais com as igrejas, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação.⁶

Por outro lado, tal autonomia dos movimentos sociais na ZL com respeito aos partidos políticos poderia se referir também à proximidade que padre Ticão usufruiu, logo que chegou em São Paulo em meados da década de 1980, com relação às práticas (políticas e sociais) que aprendeu com o bispo dom Angélico Sândalo Bernardino, hoje bispo emérito de Blumenau, que, na época, estava à frente da Região Episcopal de São Miguel Paulista. De fato, foi juntamente com dom Angélico que padre Ticão iniciou sua participação na mobilização da comunidade da zona leste entre os anos 1983-1984, logo que se mudou do interior (vindo de Urupês, sua cidade natal, passando por São Carlos e Araraquara) para a capital paulista. Aliás, foi Dom Angélico que o nomeou pároco da Paróquia São Francisco de Assis, em 12 de abril de 1982. Juntos, Dom Angélico e padre Ticão impulsionaram a luta por moradia na ZL - o que aconteceu através da Pastoral Movimento de Moradia da Zona Leste, de um jornal local chamado “Grita Povo” e a partir das assembleias (por moradia, saúde, educação) que estavam surgindo naquele momento. Sobre esse tema, padre Ticão esclareceu que:

O movimento de moradia em São Paulo começou em 1984. Daquele período até 1990 se criou um projeto de lei chamado “Fundo Nacional de Moradia Popular”. Foi o nosso primeiro projeto de iniciativa popular, e nós conseguimos coletar mais de um milhão de assinaturas. E até hoje [2005] este projeto está em Brasília e não foi aprovado. Na caravana de entrega, estavam mais de cinco mil pessoas. Foi um gasto enorme. Ficamos semanas para coletar as assinaturas de vários estados, igrejas e paróquias do Brasil. Estavam nessa caravana, de 19 de novembro 1991, o Lula, a Erundina, o José Dirceu, todo esse pessoal entregando o projeto. [...] As nossas lutas sempre têm um eixo nas políticas públicas, porque não existe no Brasil uma política pública de moradia. Só [tem] para a classe média alta, que tem financiamento na hora que quiser.

⁶ Segundo Camilo (2011) : “A Teologia da Libertação é um movimento socioeclesiástico que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos”. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf>.

Talvez, exatamente por causa da ausência de políticas públicas nesta área, Ticão avaliou em 2005, como resultado desta mobilização, que o movimento por moradia conseguiu construir, em 21 anos, pela prática de mutirões de construção de moradias pelo sistema de autogestão, mais de 30 mil casas populares na ZL Foi assim que a democracia que padre Ticão ajudou a conquistar nas ruas, durante o período de transição para a democracia, ganhou significado concreto na vida dessas pessoas. Por estas lutas e conquistas, padre Ticão foi chamado por dom Angélico S. Bernardino como *Trator de Deus*⁷.

Sobre esses temas, vale observar também que, ao mesmo tempo em que padre Ticão avaliava que *Brasília não funciona*, no sentido de que não consegue “escutar” as demandas sociais por políticas públicas, sua visão sobre a eficácia de instâncias burocráticas mais próximas da sociedade (como as prefeituras) é bastante mais otimista. Pelo menos em parte.

Para ilustrar esse ponto, vale salientar, na percepção de padre Ticão (2005), um período de atendimento às reivindicações dos movimentos sociais da ZL foi o do prefeito Mário Covas⁸ (1983-1986). Neste período, ele disse, “foi quando tivemos os maiores avanços, porque a gente podia brigar e discutir com ele, mas nunca saímos sem uma coisinha; ele nunca falava não”. Sabemos, porém, que, no universo político do padre Ticão, o que importa não é quem o prefeito é, mas, sim, a capacidade que ele tem de escuta para implementar políticas, cujo desenho contemple as demandas sociais.

Sobre esse tema, ele mencionou também sobre o sucesso na implementação do Programa Saúde da Família na cidade de São Paulo: “Imagine pegar um agente comunitário que vai com a equipe de casa em casa! É uma experiência fantástica!” (2005). “Essa experiência do Programa Saúde da Família é a mais importante, a mais revolucionária. Aonde tem Saúde da Família, os indicadores são fantásticos: morrem menos mulheres de parto, morrem menos pessoas do coração, morrem menos idosos por pressão” (2016).

Quando perguntado de que forma a USP Leste (em 2005) poderia contribuir com a melhoria da qualidade de vida da região, ele respondeu sem hesitar: “com cursos inovadores, como o de formação de médico

⁷ Roda Viva, 22-07-2013, dom Angélico Sândalo Bernardino, programa da TV Cultura acessado em 20 de fevereiro de 2021 pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=DZEeToILfN8>>.

⁸ Este argumento foi defendido também por dom Angélico no Roda Viva (ver referências acima). Covas foi governador do Estado de São Paulo por dois mandatos, entre 1995 e 2001.

para o programa Saúde da Família; não existem médicos especializados neste programa”⁹. A ideia inicial era de que a Universidade oferecesse cursos voltados à formação do trabalhador, que seriam proveitosos para qualificação profissional das comunidades próximas.

Quando o tema de conversa se voltou à Escola Estadual Irmã Annette Marlene Fernandes de Mello, padre Ticão enfatizou, novamente, que isso aconteceu “devido ao apoio que foi oferecido ao governador Mário Covas nas eleições [de 1998], que em troca havia prometido a construção de casas populares”. Assim, como forma de cobrar a promessa de campanha do governador e apresentar a reivindicação pela construção da escola para o governador, padre Ticão, em companhia das lideranças locais dos movimentos por moradia e educação no Jardim Keralux, foi recebido no Palácio dos Bandeirantes. Nesta visita, o governador contatou Antonio Carlos de Mendes Thame, secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras dos governos Covas/Alckmin (1999-2002), determinando a construção da escola na ZL e dizendo que ela deveria estar de acordo com as demandas apresentadas pela comunidade, através do padre Ticão – demandas essas que incluíam o local e o nome da escola (que, por sinal, fora escolhido em homenagem à Irmã Annette, “uma batalhadora da educação na região”). Contudo, logo que a construção da escola foi finalizada, os moradores do Jardim Keralux perceberam que ela “a ficou pequena e mal construída” e, por isso, decidiram encaminhar ao então reitor da Universidade de São Paulo, Adolpho Melfi (2001-2005), por meio das lideranças locais, a demanda de que a universidade, recém-inaugurada na ZL, construísse duas salas na escola Irmã Annette. Este pedido foi encaminhado em audiência de 27 de abril de 2005. Desta vez, padre Ticão não foi atendido.

Por um lado, padre Ticão considerou as administrações Covas na Cidade e no Estado de São Paulo como aquelas que marcaram avanços importantes na implementação de políticas públicas na ZL, não só porque os movimentos sociais “tinham facilidade de contato”, mas também porque “eram ouvidos pelo prefeito [e governador]”. Por outro lado, no caso da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), o padre criticou os CEUs, por exemplo, por considerar, para espanto dos alunos, “o pior projeto educacional para nós” (da Zona Leste). A crítica surgiu da percepção de que a

⁹ Vale notar que, ao longo dos anos de existência da USP Leste, o curso de Licenciatura (para formação de professores), por exemplo, foi substituído pelo de Biotecnologia.

política de criação dos Centros pouco levou em conta as demandas sociais da região. O padre Ticão questionou:

Quanto a prefeita gastou em cada CEU? 20 milhões?! Agora, aqui, na favela Pantanal, moram 40 mil pessoas, não tem uma creche, uma EMEI, está faltando ensino médio e fundamental. (...) Precisamos de mais políticas aonde haja parcerias com a comunidade local. Toda vila na periferia deveria ter um telecentro, uma casa de cultura, posto de saúde, uma base comunitária da polícia, creche, escola, assim seria uma geografia da cidadania.

De fato, o grau de informação que padre Ticão tinha sobre os problemas sociais, econômicos e ambientais daquela área era bastante preciso. Em 2005, por exemplo, padre Ticão já se preocupava com política pública do meio ambiente na região da ZL: “Quanto ao meio ambiente, na área da USP Leste, já sabemos que existe uma poluição muito grave; inclusive, a Belgo (Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, sediada no Jardim Keralux) já fez um estudo detectando uma poluição química muito forte. Nós estamos tentando fazer reuniões para instalar um posto da CETESB, mas por enquanto nada”. Nove anos mais tarde (2014), a USP Leste iniciou o ano letivo com alunos e professores impedidos de entrar no campus por uma interdição judicial. O motivo daquela interdição se referia ao que padre Ticão já observara em 2005: a contaminação do solo da USP Leste (assim como seu entorno) com concentrações de gás metano, altamente inflamável, proveniente do descarte do desassoreamento do Rio Tietê - em cuja margem está localizada a USP Leste, sobre um antigo aterro sanitário.

Sabemos que avançar na ampliação dos direitos de cidadania através de políticas públicas desenhadas para a cidade, no geral, e para a região da ZL, em particular, sempre foi o foco de padre Ticão, que trabalhou incessantemente por essa finalidade. Em 2005, ele, que avaliava que “demos um passo muito grande no ensino de sete a quatorze anos”, a partir daí passou a considerar que “agora precisamos avançar na construção de mais creches e em cursinhos pré-vestibulares para a comunidade”. Sobre a busca de dar continuidade às lutas e mobilização social para a conquista de direitos, em 2016, padre Ticão levantou a seguinte questão:

“Bem, o que tá faltando agora? O que tá faltando lá, agora, é a regularização do terreno... que é uma área, né, e o pessoal tá ocupando só as bordas”. Quando questionado de que forma a USP Leste poderia contribuir com a melhoria da qualidade de vida da região, ele desta vez (2016) respondeu: “acho que [o curso] de Gerontologia poderia motivar as políticas públicas para idosos”. É válido ressaltar aqui que o curso implementou há alguns anos o Projeto Universidade Aberta à Terceira Idade, que faz diversos trabalhos importantes.

Sempre atento às demandas da sociedade, e nessa linha de trabalhar pela ampliação dos direitos de cidadania, em 2001, por exemplo, padre Ticão inaugurou a Associação da Casa dos Deficientes de Ermelino Matarazzo no salão paroquial da Igreja São Francisco de Assis.

Antes disso, em 1997, ele já havia idealizado e ajudado a implementar para a população idosa e pobre da periferia da ZL o Centro de Convivência do Idoso Tereza Bugolim – em homenagem à moradora de Ermelino Matarazzo e cuidadora de pessoas doentes e/ou com alguma deficiência. Neste último caso, a ação de moradores e lideranças da ZL se antecipou à produção da política pública do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). Vale notar que muitas dessas ações se realizaram a partir de parcerias que padre Ticão selava junto a diversas entidades da sociedade civil – como a Fundação Tide Setubal, entre outras.

Nesta toada de permanente mobilização, reivindicação, luta, aperfeiçoamento de direitos de cidadania e implementação de políticas públicas na região, padre Ticão finalizou a entrevista citando algumas pedras que os movimentos sociais encontram pelo caminho, sendo talvez a principal a atividade política - com o minúsculo. Sobre esse tema, padre Ticão ressaltou, em 2016, o populismo como a maior pedra do caminho na consolidação da nossa democracia, que não apenas mina a luta política pela ampliação dos direitos, mas, principalmente, alimenta uma falsa esperança de que um “salvador da pátria” resolverá todos os problemas culturais, ambientais, políticos, econômicos e sociais da camada mais pobre da população. Segundo ele, porque tal situação “facilita retrocessos”, estava sendo trabalhado em reuniões na Paróquia São Francisco de Assis “um tema estrutural para que os moradores entendam sua realidade: o porquê de viverem nessa situação, as causas e a cultura de se esperar por um governante messiânico”.

Padre Ticão também citou como um dos pontos mais críticos para a desmotivação mais recente da população pela luta por direitos de cidadania, “a ausência do Estado nas áreas mais carentes da cidade, como a zona leste de São Paulo, onde o tráfico e a violência se estabelecem e vão tomando conta”, inclusive, interferindo diretamente no esgarçamento das relações sociais.

Sobre essas dificuldades enfrentadas pela população marginalizada, o padre encerrou nosso encontro tecendo críticas tanto à ausência do Estado quanto à universidade pública, que “pesquisa, mas não retorna à população com um diagnóstico” mais preciso da situação:

Quanto mais no fundo [da periferia] a gente vai, mais problemática a gente percebe que a situação é. A verdade é que a população carente não consegue passar do nível da navalha de sobrevivência. Ela trabalha hoje pra poder comer à noite, entendeu? Então é uma população que não resolveu as necessidades básicas. É uma população pra quem tudo é muito difícil, entendeu?. No passado, tínhamos movimentos mais organizados e até porque o Partido dos Trabalhadores ainda estava nas periferias. Hoje, quem comanda as periferias é o tráfico. Em algumas áreas, você é obrigado a pedir licença pra entrar na área. É uma coisa horrível. Existem vários departamentos, né, assalto a banco, assalto de carro-forte, de tudo; são organizados mesmo, crime organizado. Interessante que já existem pessoas dialogando com o tráfico. Então, roubam meu carro e eu vou lá conversar com o chefe; ele marca hora, e eu vou buscar o carro; nesse nível. Esse tá sendo um problema da população não se organizar muito num ambiente de ausência do poder público. A verdade é essa: quanto mais pobre, mais forte é o tráfico na região. Eles usam dessas pessoas que não resolveram o problema da subsistência. Aí deveria entrar a universidade exercendo o seu papel; a universidade deveria fazer um raio-x melhor da realidade. [...] Ensino tem que fazer pesquisa. Só assim se muda o Keralux. Uma crítica, no sentido positivo: o pessoal da USP, desde 2002, sempre foi fazer pesquisa com a população do Keralux e nunca trouxe um diagnóstico de pesquisa de volta. Eles precisam de um retorno; é como ir a um médico com um diagnóstico grave e o médico não retornar mais.

A implementação de um projeto de extensão universitária da USP Leste em continuidade ao trabalho do padre Ticão

Inspirados pelas palavras do padre Ticão - de que a Universidade precisava de uma maior aproximação da comunidade - os alunos de Gestão de Políticas Públicas, durante a execução da matéria Resolução de Problemas, detectaram a oportunidade de agir de forma positiva junto à comunidade vizinha ampliando laços entre a Universidade e a E.E. Irmã Annette Fernandes de Mello. O *Transcendendo Fronteiras* surge a partir da visão de que, para além de uma educação de qualidade ou uma boa estrutura da escola, o ensino deve contemplar o conhecimento do mundo em que vivemos. Muito se fala sobre o “futuro do jovem” e sua “escolha profissional”, mas para uma grande parcela dos jovens brasileiros não há informação e oportunidade suficiente para que eles tenham total controle sobre seus destinos. O princípio norteador do projeto é o de que, para além de adultos trabalhadores parte de uma sociedade de mercado, esses adolescentes possuem um importante papel social como cidadãos, e a verdadeira cidadania só é conquistada quando se tem consciência de seu papel no mundo, seja ele como ator social, político, econômico e cultural (CORTINA 2005).

Assim se constrói o *Projeto Transcendendo Fronteiras* que, ao impulsionar a transformação dos alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Irmã Anette, por meio da educação socioemocional e sociocultural para a cidadania -, concretiza-se como uma extensão da luta promovida pelo padre Ticão. De fato, oferecendo recursos, em forma de informação e conhecimento, para que os alunos da escola possam se emancipar sociopoliticamente, transcendam as barreiras impostas a eles e promovam transformações em suas realidades, e também na comunidade em que vivem, por meio da tomada de consciência sobre seus direitos e possibilidades.

Assim, uma de nossas atividades principais, atendendo demandas destacadas pelo padre Ticão, é incentivar a permanência escolar e a continuidade dos estudos, facilitando o contato dos alunos com o Cursinho Popular da EACH e desmistificando o ingresso na universidade pública. A intenção é que projeto seja um mecanismo de concretização dos motivos por trás da luta pela implantação da Universidade da Zona Leste, como colocado por Gomes:

A USP Leste responderia pela transformação em realidade de um sonho há muito acalentado pela comunidade da região leste

da cidade de São Paulo (...). Isso porque os movimentos sociais lutavam pela constituição da universidade pública de qualidade e com responsabilidade social. Ou seja, não somente tinham a intenção de consolidar uma universidade que proporcionasse a qualificação profissional, mas também: (...) uma preocupação com a cidadania e a busca de soluções para os problemas sociais, além de uma maior articulação entre os conhecimentos científicos e os interesses cotidianos da maioria da população. (GOMES, 2005, p. 101)

O aspecto mais forte que se observa ao conhecer e participar do projeto educacional dos estudantes está relacionado à falta de perspectiva que acomete a maior parte deles. Apesar de sempre buscarem um futuro em que tenham um emprego e ajudem a família, a maior parte dos estudantes não tem quase nenhuma informação sobre possibilidades que envolvam a continuação dos estudos. Era perceptível, entre os alunos, o estigma e o desconhecimento associados ao ingresso no ensino superior. Sendo extremamente comum que, ao trazermos debates acerca da universidade pública, surgirem perguntas como “mas você paga quanto?”, que eram normalmente procedidas por uma surpresa da descoberta do caráter público da instituição de ensino vizinha à escola.

No entanto, essas falas não são surpresa quando consideramos a vulnerabilidade e a privação de direitos com os quais os moradores do Jardim Keralux convivem. O discurso do padre Ticão se reverbera até o momento, quando constatamos que a região carece de serviços públicos básicos. Até 2019, a rua em frente à escola ainda não era asfaltada e ao lado, existia um córrego a céu aberto pelo qual as crianças passavam diariamente. Mesmo após o recente processo de asfaltamento da rua e do fechamento do córrego, o bairro ainda vive uma realidade vulnerável, principalmente, no tocante à segurança pública, como denunciado pelo padre Ticão acerca do problema do trânsito e das questões de regularização fundiária do bairro.

Muito se associa essa problemática ao decaimento da mobilização social dos moradores do Keralux, na luta por garantia de direitos, como observava padre Ticão. Ainda que existam alguns movimentos resistentes, em pesquisa realizada pela graduanda da EACH, Paula Ribeiro, em 2016, que fez um mapeamento com pais de alunos da educação básica da EE Irmã Annette, descobriu-se, dentre outras coisas, que uma boa parte destes havia se mudado para

o bairro há pouco tempo. Ainda na mesma pesquisa, Paula observou que quando questionados sobre a proximidade de movimentos sociais ou atividades no bairro, poucos disseram conhecer ou participar. Uma outra questão instigante foi a noção de que mais da metade dos pais não viu, ou não era morador do bairro quando a EACH foi construída.

Nesse ponto, padre Ticão é um exemplo da importância e do impacto que a mobilização da comunidade pode gerar. Um dos processos de empoderamento que o projeto suscita parte dessa ideia, pois é a partir da percepção de pertencimento à comunidade e conhecimento de direitos que a mobilização social consegue formar uma agenda e pleiteá-la junto aos órgãos públicos. Dessa forma, o projeto *Transcendendo Fronteiras* também realiza ações em prol da comunidade, como a denúncia e cobrança da prefeitura para com o “ponto viciado” de lixo ao lado da escola. Após a mobilização dos estudantes da EACH e também de articulações dos próprios moradores e representantes da comunidade, hoje o local foi limpo e transformado em uma pequena área de lazer. Salientamos aqui os trabalhos também do Instituto Keralux, uma organização remanescente no bairro que ainda mantém mobilizações na busca pelos direitos da comunidade.

Ainda que o projeto tenha um objetivo amplo de impacto na realidade da comunidade vizinha, sua ação principal se encontra focalizada no ambiente escolar da E.E. Irmã Annette Fernandes de Mello. Acreditamos, assim como Ticão, que a escola é o melhor agente na transformação social e na diminuição das desigualdades. E é nesse sentido que defendemos que o projeto escolar deve ser voltado à emancipação, quebra de barreiras sociais impostas e de transformação da realidade da comunidade em que se insere. Por isso, defendemos o caráter público da educação. Nossa projeto pretende auxiliar o corpo docente a desenvolver o potencial daqueles adolescentes, porque acreditamos que a função da formação para a cidadania deve ser primeira em todas as escolas.

Nos últimos anos, a E.E. Irmã Annette tem avançado na implementação de uma infraestrutura mais moderna, com renovação dos materiais e carteiras e a criação de uma sala de vídeo. No entanto, para uma escola que abrange os três ciclos de ensino, a estrutura ainda é pequena. Também é possível dizer que, apesar dos esforços do corpo docente e da administração da escola, a situação de vulnerabilidade do bairro é um grande desafio. Segundo os dados do Censo Escolar, em 2019, os índices de evasão escolar chegaram a 8% e a reprovação no Ensino Médio a 30% na escola. Ainda assim, a experiência dos bolsistas

mostra que a evasão no Ensino Médio é um problema maior quando os alunos se mudam para o período noturno, devido à necessidade de auxiliarem na renda familiar, de maneira que a concretização dos estudos na vida dos adolescentes é ainda mais prejudicada.

Sendo assim, o *Transcendendo Fronteiras* atua neste contexto como forma de denúncia e reafirmação do que acreditamos ser o direito do jovem brasileiro. O direito de conhecer, apropriar-se e ter meios de trilhar, da maneira mais igualitária possível, o caminho que seja de sua escolha, sua vocação e seu sonho. Pode não ser uma política pública fácil, mas o exemplo de padre Ticão deve sempre nos lembrar que é possível.

No biênio 2020-2021, com a pandemia de Covid-19 e a interrupção das aulas, a escola e o Projeto têm enfrentado uma miríade de desafios. Membros da comunidade escolar apontaram que, nas aulas virtuais, a falta de estrutura foi um grande fator influenciador na não participação e na desmotivação dos estudantes. As oficinas, antes aplicadas semanalmente pelos bolsistas do projeto, tiveram que ser interrompidas e, devido à baixa adesão ao estudo à distância, também houve pouca abertura para aplicação de oficinas remotas.

A comunicação com a escola, que sempre foi uma tarefa complexa, mas muito valorizada pelos integrantes do projeto, se viu abalada durante esse período de afastamento. Com a volta das aulas presenciais em 2021 e a alteração no quadro administrativo da escola, principalmente com a mudança na diretoria, a resistência às tentativas de aproximação das participantes do Projeto se tornou cada vez mais comum. No entanto, a perspectiva do *Transcendendo Fronteiras* é que o trabalho de aproximação entre escola e Universidade é um esforço contínuo. No momento, a comunidade escolar da E.E. Irmã Annette passa - levando em conta a realidade brasileira em meio a pandemia - por um momento delicado, amplificado pela vulnerabilidade do contexto social na qual se encontra, assim como a Universidade que, no momento de escrita desse artigo, ainda se encontra fechada, e o próprio projeto suspenso por determinação da diretoria para todas as atividades de extensão.

Vivemos, então, um momento grave da educação brasileira, primeiramente porque estamos em estado de calamidade e toda uma geração viverá as consequências da falta da escola. Mas, principalmente, porque estamos perdendo uma batalha sobre o papel social da educação. Neste ano, passaria a ser implementado,

na educação dos adolescentes, a nova Base Curricular Nacional, alterada pela Reforma do Ensino Médio. A reforma que prega a profissionalização da educação colocará nas mãos desses estudantes, com quinze anos, escolhas que serão importantes para boa parte de seu futuro. Diante do que já debatemos acerca da falta de perspectiva, informações e verdadeiro poder de escolha do adolescente periférico, temos uma boa ideia do que isso pode gerar. Se hoje é difícil manter estudantes longe do trabalho infantil, da evasão escolar e da falta de compreensão do poder relacionado à educação e conhecimento, não será por meio da distinção seletiva e reafirmação da função de mão de obra que prepararemos esses jovens para o futuro nem que faremos essas pessoas mais livres.

Entretanto, assim como nos mostrou também padre Ticão, a Universidade ainda tem muito a contribuir com a comunidade, principalmente com o Keralux. Cabe ao corpo universitário assumir a responsabilidade de agente transformador da realidade do entorno, porque mesmo sendo um dever do poder público, sabemos que há muito que pode ser feito para apoiar a comunidade na busca por esses direitos, em especial, através de projetos de Extensão e Cultura da USP Leste.

Primeiramente, a comunidade precisa ser ouvida, é preciso compreender de fato como é a vida dessas pessoas, para saber como podemos contribuir. A experiência dos últimos quatro anos de aplicação do projeto mostra que o principal problema, nessa relação, é a falta de diálogo permanente, principalmente, por parte da universidade.

A comunidade, como padre Ticão dizia, é tratada como “laboratório” às pesquisas, mas pouquíssimo *feedback* é efetivamente dado a ela. Sendo assim, a mensagem que queremos passar aos colegas, professores e estudantes da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo é que busquem fazer, de fato, parte da comunidade em que estamos inseridos. Nossa proposta é que busquem sim, e muito, solucionar os problemas, pesquisar e implementar projetos na região, mas que façam isso em colaboração com a população. Além de todo o impacto que geramos na vida de milhares de pessoas, podemos, com isso, mostrar a eles também a importância que todos nós temos como pensadores e condecorados. A forma mais importante e garantidora da manutenção da Universidade pública é o reconhecimento e valorização da população do entorno dela; é preciso batalhar por isso e continuar a luta iniciada pelo padre Ticão.

Considerações finais

Esse artigo é nossa grata homenagem ao padre Ticão, que teve a coragem de agir na ditadura em prol da democracia, de denunciar a pobreza e a desigualdade, de avançar na conquista pelos direitos dos mais pobres, de dar a mão e batalhar junto aos desassistidos. Ele nos ensinou, dentre tantas coisas, a “importância de fazermos o que o Estado não faz”.

Norteado pelo pluralismo político, pela tolerância religiosa e pelo diálogo permanente, padre Ticão abriu sua paróquia para pautar o debate público, discutindo com a comunidade temas fundamentais como aborto, feminismo, *cannabis* medicinal, entre tantos outros, desejando que “essas experiências e ações sociais discutidas aqui sejam transformadas em políticas públicas para toda cidade de São Paulo”. Na verdade, “é um tipo de governo paralelo que nós fazemos aqui”. “Nós apenas começamos; é só uma gota d’água”. Gostaríamos de poder dizer a padre Ticão hoje que, como disse Madre Teresa de Calcutá, “por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota d’água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

O sonho do padre Ticão permanece em nós: que a mobilização social, a discussão pública e a Política (com “P” maiúsculo) pavimentem o caminho na direção da formulação e implementação de políticas públicas que ampliem direitos de cidadania na ZL, em São Paulo, e no Brasil.

Visão sintética

Padre Ticão foi um defensor incansável dos direitos humanos, da inclusão social e da diminuição das desigualdades no Brasil. Nos anos 1970 e 1980, foi um braço importante do arcebispo dom Paulo Evaristo Arns na luta pela democratização do regime. Desde então, liderou movimentos sociais na Zona Leste de São Paulo, desenvolvendo um trabalho social ímpar que se desdobrou em diversas políticas públicas como na construção do Hospital Municipal Ermelino Matarazzo, da UBS da Vila Granada e da Escola Estadual Irmã Annette Marlene Fernandes de Mello, na criação do Parque Dom Paulo Evaristo Arns e na instalação do campus da Universidade de São Paulo na zona leste da cidade. Sua visão de que a educação pública de qualidade é o principal agente transformador da sociedade se traduzia em sua palavra de ordem “educação da creche à universidade”.

Palavras-chave: movimentos sociais, direitos de cidadania, políticas públicas, democracia, zona leste de São Paulo.

Referências

- CARDOSO, Ruth. (2013). Building Senses of ‘Community’. Social Memory, Social Movements and Political Participation, *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, vol.10, n.1, p.134-144.
- CORTINA, Adela (2005). **Cidadãos do Mundo**. São Paulo: Loyola.
- RIBEIRO, Paula (2016), Projeto Clarice: para além dos muros. Trabalho de Conclusão de Curso, Gestão de Políticas Públicas, Escola de Artes Ciências e Humanidades USP.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2019**. São Paulo. Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em março de 2021.
- INSTITUCIONAL. Nota de pesar da EACH pelo falecimento do padre Ticão. Jornal da USP. Janeiro de 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/institucional/nota-de-pesar-da-each-pelo-falecimento-do-padre-ticao/>>. Acesso em março de 2021.



A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA AS ESCOLAS DO LEGISLATIVO

Roberto Eduardo Lamari

Introdução

As escolas do legislativo são escolas de governo, de acordo com o artigo 39, parágrafo 2, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional n. 19, de 4 de junho de 1998. Estão presentes no Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais. Nas câmaras, é um fenômeno recente, sendo a Escola da Câmara Municipal de Natal a pioneira, em 2005. Muito embora o texto constitucional não dê guarida às escolas em âmbito municipal, elas são instituídas pelo princípio da similaridade¹⁰, pela autonomia dos municípios¹¹ e atribuições e competências das próprias câmaras¹².

Existem em todo o país aproximadamente 260 escolas do legislativo e contas, sendo 60 no Estado de São Paulo¹³. O número é ainda muito pequeno, porém o movimento vem ganhando força graças ao trabalho pioneiro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e Contas – ABEL, criada em 2003, e por associações locais como Associação Paulista de Escolas do Legislativo e Contas - APEL, criada em 2017, e a Associação Potiguar das Escolas do Legislativo - ASPEL, criada em 2019, estados onde se verificou um aumento considerável de escolas após o apoio das associações estaduais.

¹⁰ É o princípio federativo que exige uma relação simétrica entre os institutos jurídicos da Constituição Federal e as Constituições dos Estados-Membros, não havendo nada constitucionalmente que inviabilize uma construção analógica.

¹¹ Autonomia Municipal: uma delas é a capacidade de autoadministração, para manter e prestar os serviços de interesse local.

¹² Função deliberativa por meio da qual a Câmara exerce atribuições de sua competência privativa

¹³ Informações do Portal ABEL: www.portalabel.org.br

São verdadeiras “escolas de democracia”, no dizer de Rildo Cosson (2008). As escolas no Poder Legislativo têm um papel duplo: a) capacitar servidores e parlamentares por meio de cursos, palestras, seminários e eventos voltados para o melhor exercício de suas atividades no Legislativo, e b) realizar programas voltados à educação para a cidadania, que têm o objetivo de atingir toda a sociedade e explicar o papel do Poder Legislativo, da cidadania, da participação política e a importância da democracia, que está intimamente ligada aos direitos individuais, à liberdade, à igualdade de oportunidades e à justiça social.

Haver escolas no Poder Legislativo significa um salto de qualidade na forma de atender o cidadão e no desempenho das tarefas diárias das casas legislativas, em temas como licitação, contratos, processos administrativos, recursos humanos, comunicação, oratória, ceremonial e muitos outros que são tratados rotineiramente. Também, ações de aproximação com escolas, jovens e a sociedade em geral são desenvolvidas por programas como “Vereador Mirim”, “Concursos de Redação”, cursos e palestras de cidadania e política e “Estágio Visita”, que ajudam a diminuir a distância entre o eleito e o eleitor e desmistificam a política como algo fora do alcance do cidadão. Portanto, cumprem um firme propósito de fortalecimento da democracia, com a educação política, posicionada perigosamente por anos em um segundo plano, colocando assim em xeque os avanços e estabilidade conquistados por países democráticos, como afirma Norberto Bobbio (1996).

Desde o surgimento da primeira escola do legislativo, em 1992, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, é certo que houve uma evolução natural na forma de atuar das escolas com diversos programas educacionais e formatos diferentes dentro desse eixo de capacitação do servidor público e da educação para a cidadania. Porém, nosso intuito neste estudo é o de concentrar esforços em analisar a importância o projeto político pedagógico. A provocação vai partir da ideia da importância do projeto para algumas escolas e de que um determinado percentual de escolas nem sequer têm planos dessa natureza, e que para além de possuí-los é essencial que eles sejam avaliados periodicamente. É isso que o artigo pretende desvendar: como analisar o plano pedagógico das escolas do parlamento, com base em método trazido pela pedagogia, e tentar entender se as escolas com projetos pedagógicos sofrem menos os aspectos de descontinuidade de gestões ou mesmo das características excessivamente políticas do Poder Legislativo.

A importância do projeto pedagógico

Em primeiro lugar, gostaria de discutir a definição das expressões “projeto pedagógico” ou “projeto político pedagógico”. Projeto pedagógico é uma proposta pedagógica que deve conter a apresentação da instituição, a justificativa de sua existência, um diagnóstico da realidade, a missão, valores e visão de futuro, os objetivos, um plano de educação, quais ações serão realizadas, como se dá a gestão escolar, como é a organização da escola, qual o orçamento disponível, o cronograma de desenvolvimento do plano educacional e a apresentação de um calendário de atividades.

O projeto político pedagógico (PPP) deve conter tudo isso, devendo ser uma proposta real e factível, porém apresentada de forma consensual. Este é um conceito que entende o projeto político pedagógico como um processo que deve ser construído de forma democrática e, portanto, pode-se dizer que preferencialmente devemos construir e entender um PPP como um ato político.

O projeto político pedagógico é um procedimento revestido de conteúdo político, feito de forma a ouvir professores, gestores e a comunidade, visando o bem coletivo e a construção de uma cidadania plena. Portanto, não seria adequado em escolas dentro do Poder Legislativo usar a expressão projeto pedagógico apenas, pois implicaria desconsiderar a realidade na qual estão inseridas tais escolas do legislativo. Contudo, as duas formas não são antagônicas, é apenas uma forma de posicionamento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei n.º 9.394/96, estabelece, no inciso I do artigo 12, que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. E, no inciso I do artigo 13, determina que “os docentes incumbir-se-ão de: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”. O “caput” do artigo 14 define que “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática” e, por fim, o “caput” do artigo 15 confere “graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira”.

A elaboração do projeto político pedagógico deve ser um processo democrático, segundo a lei citada. É natural a observância da legislação para se chegar aos objetivos da escola por meio da elaboração do projeto político pedagógico, porém o resultado final perquirido deve ir muito além da “letra morta” da lei, sendo necessário que a proposta construída de forma coletiva vise a formação do cidadão, lembrando que a intenção maior é a construção de um documento com a intencionalidade formativa e educativa, com o desejo da construção de uma sociedade mais justa e

igualitária, por meio da educação. No caso das escolas do legislativo, da educação para a cidadania.

Em síntese, na preparação do projeto político pedagógico, deve-se seguir a lei, dentro de um processo democrático e o resultado final deve ser o propósito da existência da escola: a transformação de pessoas através da educação.

Após elaborado o PPP, é necessário que as escolas continuem discutindo o projeto de forma abarcar todos os atores envolvidos no ambiente escolar. Esta é a maior dificuldade: deixar claro para todos que participam da vida da escola que aquele documento é a certidão de nascimento daquela instituição de ensino e, como se fosse o registro geral, ele deve estar inserido no dia a dia, deve ser reconhecido, debatido e constantemente avaliado. A partir dele é que serão definidos os currículos, o método educacional, a gestão escolar, a forma de relação com os docentes, discentes, funcionários e comunidade, não podendo ser um mero documento burocrático ou para se cumprir uma exigência legal.

Para a elaboração do projeto político pedagógico é condição *sine qua non* que a instituição de ensino tenha autonomia, sendo evidente que esta autonomia encontra limites na lei e na ordem superior na qual está inserida. Porém, é necessário liberdade no processo de elaboração do PPP, e note-se daí a importância de sua construção de forma a envolver o maior número de atores possíveis: o procedimento transparente e democrático é que dá força e legítima a instituição, perante os órgãos de poder central ou superior.

Sendo assim, o projeto político-pedagógico visa ir além de conglomerados de planos de ensino e de variadas atividades. Vale ressaltar que o projeto deve ser feito e colocado em prática, pois muitas das vezes é engavetado e a ideia que passa é que o mesmo só é elaborado por conta de questões burocráticas para que agrade às autoridades educacionais. Ele é elaborado e experimentado a todo instante, por todos comprometidos com o encadeamento educacional.

Insisto na necessidade de construção democrática do projeto político pedagógico, porque observamos em nossa introdução e voltaremos a isso mais adiante, que o ambiente em que as escolas do legislativo se encontram são extremamente hierarquizados, com a presença de forças políticas conflitantes e constantes mudanças de gestão. A elaboração plural tende a diminuir conflitos e rivalidades internas e externas, criar um sistema legitimado de execução de atividades pactuadas, que conferem rotinas, responsabilidades, autoridade de trabalho, diminui tensões e elimina diferenças, sufocando eventual vontade autoritária característica comum

a órgãos de poder central. Assim, o caminho perseguido é comum : o da edificação de uma escola de qualidade e reconhecida por todos.

Outra questão importante ao se estruturar um projeto político pedagógico é pensar na organização que a escola possui, não é possível fazer um plano imaginando um corpo funcional que não existe. O projeto pode até apontar as deficiências de pessoal e pensar em necessidades futuras, porém a proposta realizável de calendário de atividades deve levar em conta o recurso humano disponível. Uma escola tem uma arquitetura pensada nas seguintes estruturas: administrativas e pedagógicas. A administrativa cuida do pessoal, infraestrutura e orçamento. A estrutura pedagógica cuidará da formação e capacitação do seu público-alvo.

Para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, é importante que seja analisada toda a infraestrutura disponível e condições orçamentárias, já que tentar dissociar a questão estrutural e financeira do trabalho intelectual, certamente não trará bons resultados

Na elaboração do projeto político pedagógico, chamamos a atenção para a discussão da grade curricular: é ela que tem que ser pensada dentro da realidade local em que a escola está inserida, sendo uma manifestação do contexto social e cultural, e das lições advindas da experiências trazidas de dentro da sala de aula, nas escolas do legislativo. Além desses aspectos, ela não pode se desviar dos propósitos de capacitação do servidor e da educação para a cidadania.

O ambiente escolar deve ser permanentemente analisado, as práticas e experiências em sala de aula, conflitos e contradições de equipe não devem ser menosprezados, caso contrário a identidade da escola traduzida no projeto político pedagógico não será real. Não existe problema em trazer as discussões, contradições e visões antagônicas para o debate, porém todos os envolvidos devem ter em mente que o projeto, embora fruto deste ambiente de diferenças, é um documento de consenso. É este consenso que confere a autonomia da escola e o projeto político pedagógico é poderoso instrumento que confere poder de mando à administração da escola em oposição ao poder da administração, da Mesa Diretora do Poder Legislativo.

Por fim, neste tópico devemos ressaltar a necessidade de avaliação do projeto político-pedagógico, que deve ser permanente, sempre observando as mudanças de realidade orçamentária, estrutural, ensinamentos de sala de aula e mudanças da sociedade. A autocritica de avaliação de resultados contribui para o aperfeiçoamento dos trabalhos da escola, muitas vezes um passo atrás, porque uma meta não foi alcançada, ou porque alguns programas educacionais não foram realizados.

Tal fato não deve ser encarado como um fracasso, sendo necessário analisar o porquê do ocorrido e, por outro lado, a percepção de resultados alcançados deve refletir se é possível dar um passo além ou se o momento é de manter e consolidar o projeto implementado.

Este processo de avaliação é um trabalho de equipe pois, como já dissemos, o projeto político pedagógico é uma construção necessariamente democrática, e assim deve ser nos processos de avaliação. Esta reformulação do projeto político pedagógico deverá ser feita de dentro para fora, e a escola não pode admitir ingerências na sua identidade que foi construída de forma participativa e democrática, devendo a equipe estar respaldada pelo poder originariamente conferido na montagem do projeto político pedagógico. A analogia aqui é a mesma da Constituição Federal, que não pode ser alterada totalmente, apenas modificada, porque ela é fruto do Poder Constituinte Originário¹⁴. Isto não significa dizer que no processo de reavaliação do projeto político pedagógico não exista participação democrática, que necessariamente será como veremos a seguir; o que pretendemos deixar claro é que o comando da revisão é um trabalho da estrutura da escola, e não deve ter ingerências externas no ponto de vista de mando. O projeto político pedagógico deve ser revisado, analisado e aperfeiçoado, mas não totalmente alterado no processo de revisão. Caso a escola entenda necessidade de formulação de um novo projeto político pedagógico, deve ser iniciado um novo processo de repensar da própria escola, uma nova identidade, se alterando inclusive os valores, missão e visão: um refundar da forma mais participativa possível.

Como Avaliar um Projeto Político Pedagógico?

O Professor

Avaliar um projeto político pedagógico é um processo permanente de reconsiderar o ensino-aprendizagem empregado na instituição. Exige a participação de todos os atores envolvidos na escola,

¹⁴ O Poder Constituinte Originário estabelece a Constituição de um novo estado, organizando-o e criando os poderes destinados a reger os interesses de uma comunidade. (MORAES, 1998)

e deve ouvir: a) os professores, b) alunos, c) funcionários e d) pensar nos espaços em que se está inserido, nos dizeres de José Cerchi Fusari:

Na medida em que se concebe o planejamento como um meio para facilitar e viabilizar a democratização do ensino, o seu conceito necessita ser revisto, reconsiderado e redirecionado. (FUSARI, 1980, p.45)

Faz parte do planejamento de uma escola a revisão do projeto político pedagógico. A questão é como fazer da melhor maneira, e ter em mente que admitir falhas, mudanças de rumos, observar novos pensamentos da sociedade ou do instante em que vivemos é primordial para a construção de uma escola não perfeita, mas responsável com sua missão e visão. Não será garantia de qualidade de ensino, mas apontará as causas da falta dela, por meio de um processo autocritico do conteúdo ministrado, metodologia de ensino, programas apresentados, competências dos professores, gestores e funcionários e recursos físicos adequados e favoráveis à aprendizagem.

Os professores são os responsáveis pelo plano de ensino, que é muitas vezes “preenchido” de forma burocrática, e talvez por isso desprezado ou relegado apenas como o cumprimento de uma exigência legal, porque de fato os docentes têm inúmeros problemas no seu dia a dia e esta tarefa pode parecer de menor importância. Contudo, o plano de ensino é o ato que antecede a preparação da aula e todo o planejamento escolar, e então podemos concluir que qualquer ato de avaliação do projeto político pedagógico pressupõe que o docente tenha um olhar crítico sobre o plano de ensino apresentado. E que este não seja sempre reapresentado de forma igual, como uma tarefa mecânica ou sem importância, sendo necessário se avaliar a experiência colhida de dentro da sala de aula, do retorno dos alunos.

Não menos importante no trabalho dos docentes é a troca de impressões entre eles, sobre a vivência de sala de aula, e discussão do planejamento escolar. Nas escolas do legislativo, o corpo docente é formado por funcionários e professores convidados, que estão presentes nas atividades, mas muitas vezes não vivenciam o “ambiente escolar”. Contudo, mecanismos de se obter retorno dos professores são necessários para o processo de avaliação que estamos propondo de um projeto político pedagógico, com o professor como protagonista.

O Aluno

Outro ator importante no processo de avaliação permanente do projeto político pedagógico envolve trazer o aluno como parte deste processo. O aluno não apresenta o plano de ensino, o planejamento escolar ou o projeto político pedagógico; contudo, ele é a atividade-fim de uma escola, uma vez que objetivos da instituição estão depositados na crença de que o aprendizado será o grande responsável pela transformação destes em cidadãos conscientes do seu papel social, como promotores de igualdade e liberdade entre os homens.

Não é tarefa fácil, primeiro, conscientizar o aluno de que ele é engrenagem importante deste processo de revisão do ensino, e depois quais ferramentas utilizar para que isso se concretize. Afirmamos que ele não apresenta o plano de ensino e ou planejamento da escola, sim é verdade, entretanto ele faz parte de sua construção e revisão. Como fazer, então?

Devemos partir do pressuposto de que os alunos não são homogêneos, muito embora possa ser um sonho de um professor encontrar uma turma homogênea. Isto não deve ser esperado, pode ser uma meta para facilitar o ensino, de difícil consecução, pois cada aluno é um universo. Entendido isso, o trabalho do professor será o de ensinar o aluno, mas também aprender com ele. No dizeres de Paulo Freire:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Enquanto ensino, continuo buscando, reproduzindo. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p.14)

Pelo pensamento do mestre Paulo Freire, concluímos que há uma via de mão dupla na relação professor e aluno, e que posturas eventualmente arrogantes devem ser abandonadas e o aluno deve ser tratado como produtor de conhecimento. Reuniões, conversas em separado ou em grupos, avaliações da percepção do ensino e da aprendizagem, apresentação do currículo proposto ao aluno, dizer aonde se pretende chegar com o desenvolvimento dele, apresentar a filosofia da instituição, criar canais de comunicação diretos, democráticos, com políticas de respeito e privacidade de opinião, são atitudes que ajudam neste processo de engajamento do aluno. Devem os professores levar em conta os resultados destas experiências na revisão do projeto político pedagógico.

Ideia inovadora e de fácil aplicação foi apresentada pela educadora portuguesa Inácia Santana, que consiste no simples emprego de um “diário de turma”, onde os alunos poderiam depositar quando bem entender suas reclamações, elogios e propostas. Acredito que este Diário é uma fórmula interessante e que as escolas do Legislativo podem empregar no seu dia a dia, e que facilitará em muito os procedimentos de avaliação e de dar voz ao aluno.

Paralelamente, existe um conjunto de instrumentos de registo da produção dos alunos que permite a pilotagem coletiva do trabalho. Trata-se de tabelas de dupla entrada expostas para registo e consulta e que constituem importantes instrumentos de regulação e avaliação da atividade dos alunos. O grande desencadeador da análise da vida do grupo é o Diário de Turma. Constituído por 4 colunas, é onde os alunos podem, livremente e em qualquer altura do dia, escrever aquilo de que gostaram ou não gostaram, as suas sugestões e as realizações que consideraram mais relevantes. A análise semanal deste instrumento é feita no conselho, o grande momento de avaliação e de regulação da vida do grupo. Consiste na leitura e discussão do Diário de Turma, na avaliação do Plano da Semana e na planificação da semana seguinte, na avaliação e redistribuição de tarefas e na avaliação dos planos individuais de trabalho. Gerida com gradual autonomia pelos alunos, é o principal órgão de tomada de decisões do grupo. (SANTANA, 2000, p.32)

Os funcionários e a sociedade

Estamos falando de como reavaliar o projeto político pedagógico. Até então vimos que o professor e o aluno devem ser envolvidos e com o emprego de algumas técnicas, entre elas a instituição de avaliações escritas ou por processo de percepção para que estes se sintam parte do mecanismo. Mas somente isso seria suficiente para fechar a reformulação do PPP? Acreditamos que não. Está faltando aí o envolvimento dos funcionários diretamente engajados na atividade da escola e da sociedade civil organizada, que também deve ter conhecimento da missão e visão da escola e seu planejamento e projeto, e chamados a opinar.

Aqui temos duas técnicas: formulários que avaliam as atividades tanto do ponto de vista pedagógico como administrativo, prática bastante comum, e que podem ser aplicados no início e no fim da atividade para avaliar se houve uma evolução ou apenas aplicados no fim da atividade.

A outra prática, e é esta que nos interessa neste tópico, é a “avaliação institucional”, esta é que tornará possível verificar se os objetivos da escola estão sendo buscados enquanto instituição de ensino com responsabilidade social.

A participação dos funcionários, que são aqueles que garantem o funcionamento escolar administrativamente, é crucial na avaliação do projeto político pedagógico, já que são eles que darão coerência ao ensino aprendizagem; deixá-los à margem dessa construção constitui grave erro de valoração da construção do projeto de escola.

No olhar das escolas do legislativo, isto significa dizer que não só os funcionários lotados na escola devem ser ouvidos, mas todos os servidores devem ser ouvidos. A escola é uma parte integrante do Poder Legislativo e por isso depende da burocracia de todo o Parlamento. A avaliação de que estamos falando é uma ação de dentro para dentro, que irá envolver todos os funcionários, alunos e professores, e o agente externo a sociedade civil organizada deve ser convidado, porque ela dará validação da construção plural e democrática que se busca. E ela traz o elemento local, o espaço no qual a escola está inserida. Para corroborar nosso pensamento, encontramos:

Consideramos que, se os processos de avaliação institucional realmente se constituírem de ações, cuja finalidade seja a identificação de tudo o que afeta a qualidade de suas atividades-fim (ensino, pesquisa, e a extensão) e atividades-meio (gestão acadêmica e administrativa), isto representará que a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica está acontecendo e a instituição estará realizando um trabalho “com” a comunidade e não um trabalho “para” a comunidade, onde o processo dinâmico e dialético acontece: ação-reflexão-ação. (ABERTO e BALTAZAR, 2008, p. 755)

A pesquisa com escolas de São Paulo

A pesquisa, realizada com as escolas do legislativo no Estado de São Paulo, se deu por meio do aplicativo *Survey Monkey*, contém 22 perguntas e foi encaminhada para as 60 escolas do Estado que constam no cadastro da APEL – Associação Paulista de Escolas do Legislativo e Contas, pela rede *Whatsapp* administrada pela Instituição. Apenas 20 escolas responderam, e foram identificados como respondentes seus dirigentes, sendo que a pesquisa ficou disponível por 60 dias.

Utilizaremos para análise as respostas às perguntas:

- Sua escola tem projeto pedagógico?
- Sua escola tem regimento interno?
- Sua escola tem orçamento próprio?
- Sua escola tem sala física própria?
- Sua escola realizou atividades de capacitação para o servidor?
- Quantos servidores foram capacitados e quantas horas e atividades realizadas?
- Sua escola tem atividade de educação política?
- Quantas atividades foram realizadas, quantos alunos capacitados e a carga horária total?
- Sua escola realiza parcerias com a sociedade civil organizada?
- Todas as perguntas se referiam ao ano de 2019.

Apresentamos os resultados conforme os gráficos:

Gráfico 1. Projeto Pedagógico na Escola.

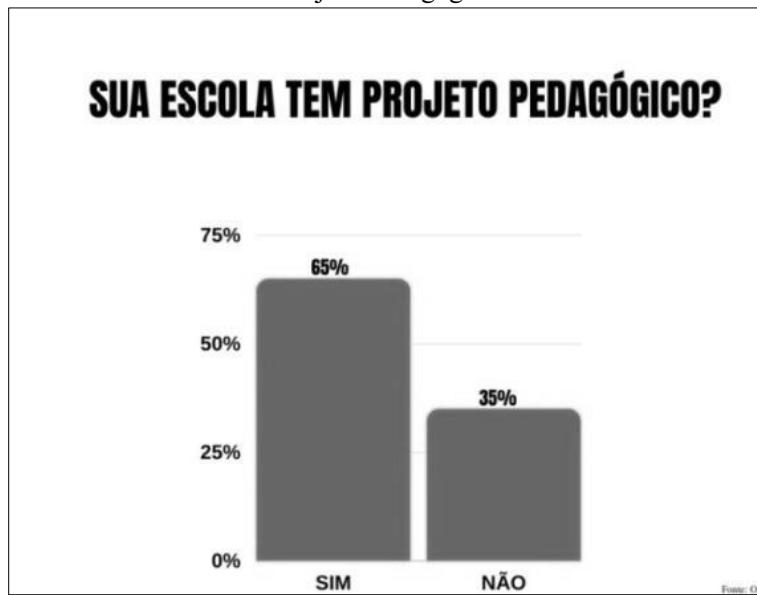


Gráfico 2. Orçamento próprio.

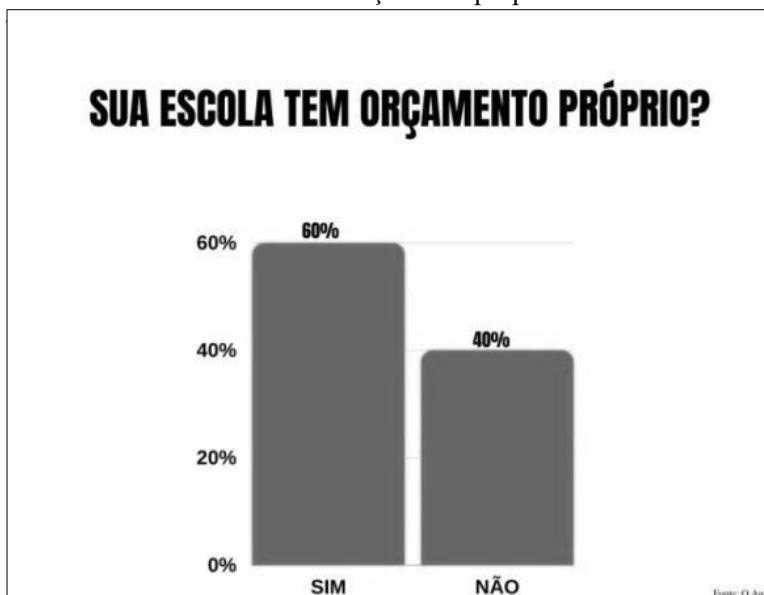


Gráfico 3. Sala física própria.

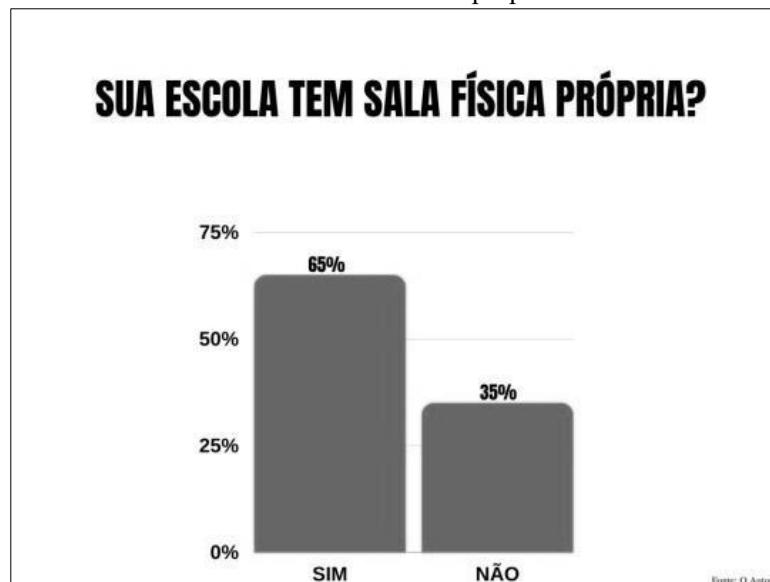


Gráfico 4. Atividades de capacitação de servidores.

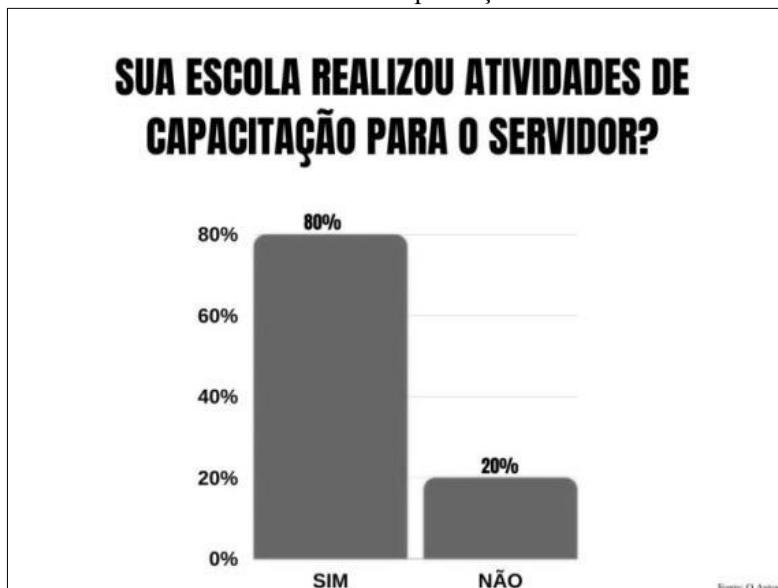


Gráfico 5. Atividade de educação política.

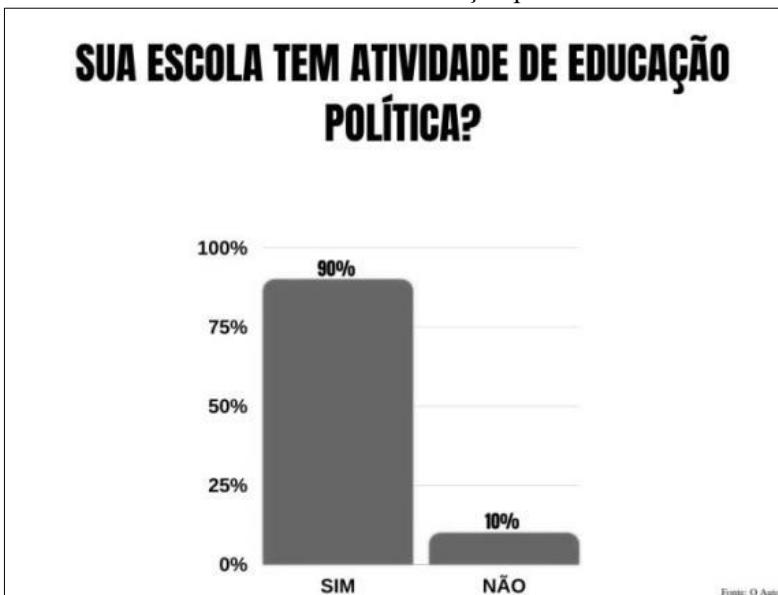


Gráfico 6. Parcerias com a sociedade civil.

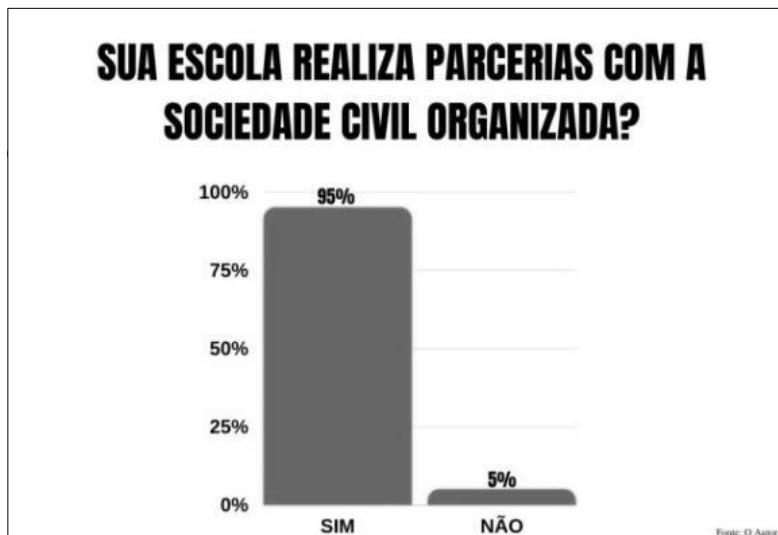
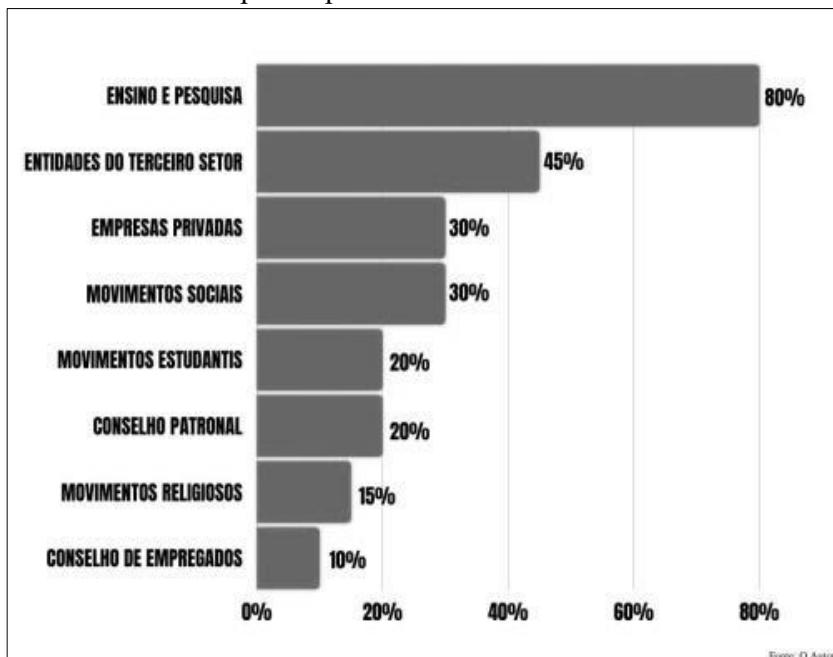


Gráfico 7. Tipos de parcerias com a sociedade civil.



Quando perguntado se a escola possuía projeto pedagógico, 13 escolas (65%) disseram sim, e 7 escolas (35%) disseram não. Sobre o Regimento Interno, 16 escolas (80%) disseram sim e 4 escolas (20%) disseram não ter regimento interno. Questionadas em relação a ter orçamento próprio, 12 escolas (60%) disseram sim e 8 escolas (40%) disseram não possuir orçamento próprio. Em relação à sala física, 13 escolas (65%) têm sala física, enquanto 7 escolas (35%) não têm sala própria.

Em relação à pergunta na qual se questionava se a escola tinha capacitação para o servidor, verificou-se que apenas 4 escolas não têm essas atividades (20%), e que 16 escolas (80%) realizam atividades de capacitação do servidor. Com relação à educação para cidadania, 18 escolas (90%) realizam atividades e apenas 2 (10%) não tinham essas atividades no ano de 2019.

Por fim, a última pergunta questionava se as escolas realizavam atividades com a sociedade civil organizada, e podiam ser dadas mais de uma resposta neste quesito. Tivemos: sim, 19 escolas (95%) e não, uma escola (5%). Nesta última pergunta, verificamos que 80% realizam atividades com entidades de ensino e pesquisa, 45% com entidades do terceiro setor, 30% com empresas privadas e o mesmo percentual para movimentos sociais, 20% com movimentos estudantis e conselho de classe patronal, 15% com movimentos religiosos e 10% com conselho de classe de empregados.

As perguntas “Sua escola realizou atividades de capacitação para o servidor?” e “Sua escola tem atividade de educação política?” também tinham desdobramentos: Quantas pessoas foram capacitadas? Quantas horas e atividades realizadas?

Na questão sobre as atividades de capacitação de servidores públicos, destacamos 4 grupos: o primeiro, composto por 5 escolas que não realizaram nenhuma atividade; o segundo, de 7 escolas que realizaram de 2 a 9 atividades; o terceiro, constituído por 3 escolas com 10 a 19 atividades; e o quarto grupo, representado por 5 escolas que realizaram 20 ou mais atividades.

Destacou-se a Escola de Campinas, com 140 atividades, 480 servidores capacitados e 1.300 horas/aula, seguida do Instituto do Legislativo Paulista – ILP, com 67 atividades, 3.109 servidores capacitados e 64 horas/aula. A Escola do Parlamento de São Paulo realizou 64 atividades, com 1.036 servidores e 64 horas/aula. A Escola do Parlamento de Osasco registrou 30 atividades e capacitou 1000 servidores, com 600 horas/aula. Franca teve

20 atividades, 1200 capacitações e 600 horas/aula. A Escola do Parlamento de Itapevi, objeto de nosso estudo, ficou no grupo 3, com 11 atividades, 215 capacitações e 1096 hora/aula. No total, as 20 escolas do legislativo que responderam à pesquisa realizaram, somadas: 394 atividades, capacitando 7.822 servidores em 4.668h30m horas/aula.

Em relação à educação política, chamam a atenção os números de algumas escolas: a Piracicaba, que realizou 27 atividades, com 475 capacitados e 78 horas/aula; a Escola de Limeira, com 20 atividades, 2.236 capacitados e 40 horas/aula; a Escola do Parlamento da Capital de São Paulo com 18 atividades, 2071 capacitados e 59 horas/aula; Itapevi, com 18 atividades, 17.865 capacitados e 623 horas/aula; e a Escola de Campinas, com 16 atividades, 1500 capacitados e 50 horas/aula. No total, as 20 escolas que responderam à pesquisa realizaram 143 atividades de educação política, capacitando 29.634 pessoas em um total de 1.289,5 horas/aula.

Na sequência, faremos apenas um cruzamento que interessa a pesquisa: escolas que não têm projeto pedagógico *versus* atividades. Sete escolas responderam não ter projeto pedagógico: Itu, Votuporanga, Piracicaba (criou PPP após a pesquisa), Franca, Cabreúva e Cotia. Destas, 4 não tem atividades nas categorias Capacitação do Servidor e Educação Política: Cabreúva e Votuporanga não tiveram atividades voltadas à Capacitação do Servidor em 2019 e Franca não teve atividades voltadas à Educação Política em 2019.

Isto implica que a realização de atividades se dá segundo o comando de suas diretorias, sendo que, mesmo não tendo Projeto Pedagógico, Itu, Piracicaba e Cotia tiveram atividades em ambas as categorias. A pesquisa não permite fazer qualquer tipo de afirmação, contudo, conhecendo a realidade dessas 3 escolas desde seu nascedouro, lembro que Cotia e Itu tiveram alguns anos de absoluta inatividade quando de trocas de direção, e Piracicaba tem o mesmo gestor desde o início de suas ações em 2017. Embora criada em 2014, será um exemplo de interessante análise caso sofra mudanças.

Também ouso fazer uma análise em relação às escolas de Franca e o ILP, porque ambas conheço desde a suas criações, tendo a honra de presidir o ILP por quase 5 anos. O Instituto do Legislativo Paulista é a mais importante escola do Estado de São

Paulo, contudo sofre de descontinuidade de atuação, alternando programas de educação política em algumas gestões e em outras gestões não. Já a Escola de Franca, em sua primeira mudança administrativa no ano de 2020, teve suas atividades paralisadas.

Também não podemos afirmar o porquê de tantas escolas terem deixado de responder à pesquisa: foram 40 escolas, mas sabemos que muitas não têm atuação regular e sequer possuem qualquer tipo de estrutura e projeto político pedagógico. Mas estas afirmações só poderão ser feitas com mais propriedade ao longo de alguns anos, com a realização de pesquisas anualmente, o que dará uma base de dados para estudo muito consistente, e este é um dos objetivos da APEL, que colaborou com este Censo/Pesquisa e publicará a íntegra em sua página na Internet.



Conclusão

A reflexão que pretendo fazer, ao concluir o trabalho, é verificar se as escolas do legislativo vêm conseguindo cumprir seus objetivos, e se os projetos políticos pedagógicos têm sido importante auxiliar nessa caminhada se foram implantados conforme descrito anteriormente.

O artigo aqui apresentado não mostra divergências sobre a necessidade ou não da construção de um projeto político pedagógico em um ambiente escolar, porque esta discussão não existe na Pedagogia. Para correntes consideradas mais progressistas, o projeto político pedagógico é importante como forma democratizante do ensino, e para os mais conservadores é um instrumento hábil de gestão escolar. Assim, existe uma concordância sobre a sua importância, e ao longo do trabalho aceitamos as duas correntes e procuramos discutir o pensamento com autores.

Podemos dizer que a pesquisa com as escolas de São Paulo, aliada ao fato de este autor ser dirigente de escola do legislativo e da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e Contas desde 2007, permite afirmar, em conclusão, que temos quatro tipos de Escola:

- a) a que tem projeto político pedagógico e pode ter um bom gestor, mas que eventualmente resolva não seguir o projeto político pedagógico; assim teremos uma escola em funcionamento que, ao final, pode não cumprir algumas metas estabelecidas em seu plano, mas mesmo assim não perde sua identidade.
- b) A que tem projeto político pedagógico e pode ter um gestor não muito eficiente; a escola não cumpre boa parte de suas metas, pode sofrer pressão para que o projeto político pedagógico seja cumprido, porém não perde sua identidade;
- c) A que não tem projeto político pedagógico e tem um bom gestor; esta escola pode se destacar pelos seus feitos durante o período, tem uma identidade que é a cara da liderança enquanto este estiver à frente da escola; e

d) a que não tem projeto político pedagógico e tem um gestor não muito eficiente; este é o pior cenário, porque a escola fica estagnada, não sofre pressões para que algo seja feito e não constrói identidade. Existe uma relação entre liderança versus identidade e gestor versus o projeto político pedagógico.

Talvez o grande ponto positivo que devemos ressaltar e, mais do que isso, sempre procurar perseguir, é a necessidade da construção de um projeto político pedagógico com ampla participação. A construção deve ser democrática, envolvendo todos os funcionários da escola, seus dirigentes, políticos e funcionários públicos, e a sociedade em geral. Este é um fator de diminuição de conflitos e tensões internas, e a escola nasce legitimada por todos, não só pelo fato de a construção política para a aprovação de sua lei constitutiva ser discutida e aprovada por todos os parlamentares, mas por essencialmente ter realizado um projeto fruto de discussão e consenso que se mantém como instrumento de gestão.

Ato contínuo, todas as revisões realizadas no projeto político pedagógico devem contar também com a participação de todos os agentes políticos, funcionários, dirigentes da escola e a sociedade civil organizada. Sem dúvida, esse processo de construção legitima a atuação da escola, como confere maior autonomia em suas ações, diminuindo eventuais ingerências externas e solicitações políticas individuais que desviam do pacto político coletivo que foi a construção do PPP.

Foi ressaltada neste artigo a necessidade de se ouvir professores e alunos, e neste quesito parece que temos falhado. A correção desta imperfeição é de fácil ajuste, bastando de agora em diante se observar a necessidade de ouvir alunos e professores, sanando este equívoco. A criação de um “diário de turma”, como foi sugerido, contendo reclamações, elogios e propostas dos alunos, parece uma proposta de fácil execução e que pode ser estendido ao professor também.

A realização de um maior número de avaliações sobre as atividades realizadas, conjuntamente com avaliação dos alunos pelos professores em cursos de longa duração, deve ser pensada como uma necessidade que contribuirá com o ritmo e a organização dos eventos e possibilitará dizer se o processo de aprendizagem está sendo efetivo.

Enfim, procurou-se destacar a proposição de um projeto político pedagógico, construído de forma democrática, como sendo a melhor forma de mitigar os problemas que todas as escolas do Legislativo sofrem com o ambiente excessivamente contaminando por ingerências políticas em que estão inseridas e pela descontinuidade administrativa, característica própria do Poder Legislativo.

Resumo

O artigo mostra a importância do projeto político pedagógico para a construção de uma escola do legislativo, como ele deve ser formulado e pensado, com base em método trazido pela pedagogia, e demonstra como as Escolas com Projetos Pedagógicos sofrem menos os aspectos de descontinuidade de gestões ou mesmo das características excessivamente políticas do Poder Legislativo. A metodologia escolhida é a forma descritiva, com base em fontes bibliográficas e análise qualitativa e quantitativa. A narrativa é de que um determinado percentual de escolas tem sequer planos dessa natureza, e que para além de possuí-los é essencial que eles sejam avaliados periodicamente. O artigo desvenda como analisar um plano pedagógico de forma democrática e conclui que em certos aspectos o Projeto Político Pedagógico tem ajudado nas atividades das escolas, contudo são necessárias adaptações, conforme o aprendizado trazido pela pesquisa.

Palavras-chave: Escolas do Legislativo. Poder Legislativo. Educação para a Cidadania. Projeto Político Pedagógico.

Referências

- ALBERTO, Jorge L.M. e BALZAN, Newton C. (2008). **Avaliação de Projeto Político-Pedagógico pelos Funcionários: Espaço e Representatividade.** *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 745-770.
- ALVES José M. (1992). **Organização, gestão e projeto educativo das escolas.** Porto: Edições Asa.
- BOBBIO, Norberto (1996). *El Futuro de la democracia.* 2.ed. México: Efe.
- BRUINI, Eliane C. **PPP, Escola e Cidadania.** <https://educador.brasilescola.uol.com.br/politica-educacional/ppp-escola-cidadania.htm>.
- COSSON, Rildo (2008). **Escolas do legislativo, escolas de democracia.** Brasília: Edições Câmara.
- EYNG, A. (2002). **Projeto pedagógico: construção coletiva da identidade da escola, um desafio permanente.** *Educação em Movimento*, Curitiba. V. 1, n.1, p. 25-32.

- FREIRE, Paulo (1996). **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (2006). **A Educação na Cidade**. 7.ed. São Paulo: Cortez.
- FUSARI, José C. (1990). **Planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas. Ideias**, São Paulo, n. 8, p. 44-53.
- GADOTTI, Moacir (1994). **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília: MEC.
- LEONCY, Léo F. (2011). **Princípio da simetria” e argumento analógico**: o uso da analogia na resolução de questões federativas sem solução constitucional evidente. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MORAES, Alexandre (1998). **Direito Constitucional**. 3. ed., São Paulo: Atlas.
- SANTANA, Inácia (2000). **Práticas pedagógicas diferenciadas. Escola Moderna**, São Paulo, n. 8, 5 série, p 30 a 33.
- SAVIANI, Dermeval (1983). **Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez: Autores Associados.
- SILVA, José A. (1995). **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 10. ed., São Paulo: Malheiros.

ILP CIÊNCIA E CULTURA



O DIA DA TERRA: DESAFIOS DAS GEOCIÊNCIAS NA ÉPOCA DO ANTROPOCENO

São Paulo, 22 de abril de 2021

Realização:



Organização:
Alex Peloggia

Apoio Institucional:
Sociedade Brasileira de Geologia
Associação Brasileira de Estudos do Quaternário
Associação dos Geógrafos Brasileiros
Associação Brasileira de Geologia de Engenharia
Instituto de Pesquisas Ambientais - SP

Revista do ILP, n.2, 2021, ISSN 2446-600X

APRESENTAÇÃO

Alex Peloggia

Organizador, representante da Sociedade Brasileira de Geologia

A proposição de que vivemos em um novo tempo geológico, original em relação a tudo o que ocorreu na longa história do planeta Terra, fornece um conceito interdisciplinar – o Antropoceno – de papel potencialmente fundamental na discussão sobre os problemas ambientais globais. A discussão em relação a tais problemas também originou o “Dia da Terra”, 22 de abril, data que lembra a mobilização social em prol de uma agenda ambiental, na década de 1970.

Neste seminário, geocientistas (geógrafos e geólogos) abordaram temas, pesquisas e preocupações atuais acerca de como podem ser entendidas as transformações decorrentes da agência humana sobre o Sistema-Terra. O objetivo foi disseminar conhecimento, por meio da apresentação de estudos realizados ou discussão de conceitos teóricos, sobre os pontos de vista das Ciências da Terra e as preocupações atuais sobre a situação do Planeta, tendo como conceito organizador justamente o Antropoceno, a nova época ou evento geológico marcado pela agência humana.

O evento pode ser visualizado, na íntegra, no canal do ILP no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=Tg5KYC8MXSY>.

O ANTROPOCENO: UMA INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS E AOS SIGNIFICADOS

Alex Peloggia

Vivemos, hoje, em um planeta transformado e em transformação, sabemos disso e sabemos que somos, seres humanos, em boa parte, responsáveis por essa mudança. É certo que tal “responsabilidade”, no entanto, não pode ser atribuída a uma “humanidade genérica”, a uma “ação humana” desprovida de condicionantes históricos e particularidades antropológicas (culturais) e societárias (sociais, econômicas, tecnológicas, políticas etc.).

A ideia de uma época geológica marcada pela presença da humanidade no planeta Terra não é nova, e menos ainda a consideração da agência humana na transformação das paisagens (o registro escrito mais antigo que conheço é a *Divina Comédia*, de Dante, o que, aliás, foi notado pelo célebre geólogo Charles Lyell, mas há também registros pictóricos que datam também do fim da Idade Média. Já no Brasil, a descrição de processos tecnogênicos pode ser encontrada na poesia de Tomás Antônio Gonzaga).

Todavia, o termo Antropoceno, em si, tal como discutido hoje no meio científico e já popularizado, é bem recente, datando do início dos anos 2000, quanto seu significado não. Em seu sentido original, surgido no contexto das ciências ambientais, e proposta por pesquisadores interessados nas transformações globais, significa essencialmente uma “fase ecológica industrial moderna”, cujo começo seria referido, justamente, à Revolução Industrial do século XVIII. Este “Antropoceno Ambiental” é marcado pela modificação dos ciclos biogeoquímicos planetários e pela introdução massiva de materiais sintéticos no ambiente.

No entanto, uma vez que se trataria de um novo tempo geológico, um sentido mais restrito passou a ser explorado pelos estratigráficos, que passaram a analisar os registros sedimentares desse

novo tempo por meio das ferramentas e da lógica da estratigráfica formal. Aqui, temos o “Antropoceno Estratigráfico”, entendido como uma série (época) superior do sistema (período) Quaternário, que teria se “iniciado”, conforme a opinião que parece ser predominante entre os especialistas, em meados do século XX.

Esta ideia, todavia, não é consensual, tendo o conceito sido também explorado em um sentido geológico mais amplo, como um evento geológico diacrônico (ou “contexto”) representado pelo registro de camadas ou feições antropogênicas, também denominadas de tecnogênicas, ou seja, o estrato geológico humano e as formas de relevo associadas, originados pela agência humana. Esta concepção, a que chamanos de “Antropoceno-Terra”, é bastante compatível com o conceito de Tecnógeno, surgido antes do de Antropoceno, e utilizado no Brasil desde a década de 1990.

Nesse sentido, um ponto de grande interesse é a concepção de um “Antropoceno Diacrônico”, isto é, surgido não em um determinado momento da história (geológica e humana), mas em tempos diferentes em diferentes partes do Planeta. Esta concepção implica a consideração do Antropoceno mais como um “evento” do que uma “época”. Deve ser notado que esta perspectiva já aparece embutida na proposição do Período Tecnógeno (ou Quinário), pelo geólogo Ter Stepanian, acima citado.

Por outro lado, o conceito de agência, proveniente das Ciências Sociais e incorporado pela Arqueologia, é de grande utilidade para a compreensão de como esta última abordagem pode se associar à consideração de conceitos ainda mais abrangente de Antropoceno, inicialmente considerando-se as dimensões sociais, políticas e econômicas. Temos então a possibilidade de referenciar as transformações ambientais que caracterizam a “nova época geológica” em que vivemos ao contexto do sistema-mundo capitalista, para posicionar seu condicionante mais recente, e sua natureza de longa duração histórica. Estamos falando de um “Antropoceno-Mundo”.

Todavia, o conceito também pode ser explorado em um sentido cultural ainda mais amplo: como expressão da humanidade em seu desenvolvimento civilizatório contemporâneo, incluindo-se aí aspectos que decorrem da percepção de se viver em um mundo transformado e das implicações existenciais decorrentes dessa situação, manifestadas por diferentes meios, dentre eles a literatura e as artes visíveis. Um “Antropoceno Antropológico”.

Entendo que a potencialidade do uso do Antropoceno como um conceito heurístico, isto é, capaz de instruir a prática, tem muito a perder se o termo for entendido em sua concepção geológica restrita, isto é, cronoestratigráfica-geocronológica. Esta é capaz de dizer que vivemos em um novo planeta, mas não acentua o longo processo por meio do qual se deu sua gênese, nem as diversas dimensões que o tornaram possível, nem se atenta à sua particularidade de maneira a fornecer ferramentas conceituais e analíticas capazes de instruir um debate mais consistente em torno dos problemas fundamentais desse “novo tempo”.

Como geólogo e membro da Comissão Brasileira de Estratigrafia, da Sociedade Brasileira de Geologia, entidade que represento neste Seminário, comprehendo as razões e a lógica da proposta estratigráfica restrita (cronoestratigráfica/geocronológica), mas acentuo sua limitação. Lembro também que a própria ciência estratigráfica provê outras ferramentas para o trabalho com essa nova e efetiva situação geológica, como as unidades estratigráficas diacrônicas, e que o diálogo interdisciplinar é fundamental para se chegar a uma proposta de interesse amplo.

Enfim, deve ser também lembrado que a atual discussão sobre o conceito de Antropoceno retoma e atualiza um tema clássico da Geografia, o da relação entre a humanidade e a natureza, ou o meio, e resgata a pertinência da abordagem braudeliana da Geohistória.

A PROPOSIÇÃO DE UM NOVO INTERVALO DO TEMPO GEOLÓGICO: O ANTROPOCENO

Paulo César Boggiani

Os debates sobre a influência do ser humano no clima e nas mudanças globais se intensificam, com o consenso de que muitas destas mudanças seriam antrópicas e não naturais. Esse debate remete à proposição de um novo intervalo de tempo – o Antropoceno. O interessante é que a questão da subdivisão do Tempo Geológico era restrita às Ciências da Terra, entre geólogos, paleontólogos e geógrafos apenas. Atualmente, o debate sobre a definição ou não do Antropoceno extrapola esse restrito meio científico e toma, agora, a sociedade como um todo.

A Escala do Tempo Geológico vem sendo definida através de comissões específicas, formalizada pelas IUGS - *International Union of Geological Sciences*, e as decisões são tomadas por voto dos membros de suas comissões, para cada intervalo de tempo. A comissão para o Antropoceno, criada em 2009, é coordenada pelo paleontólogo Jan Zalasiewicz, da Universidade de Leicester, no Reino Unido, e pelo geólogo Colin Waters, do Serviço Geológico Britânico, e tem 38 membros – pesquisadores das mais diversas instituições do Mundo.

Cada intervalo de tempo geológico, seja um período ou uma época, tem que ter um registro amplo e bem marcado, como o surgimento de um fóssil específico. A base do Período Cambriano, por exemplo, é definida pelo fóssil *Treptichnus pedum*, uma pista fóssil, um rastro, deixado por inúmeros animais que rastejavam pelo sedimento inconsolidado. Esses fósseis marcam uma mudança ambiental na Terra, com o surgimento dos animais e revolvimento dos sedimentos dos fundos marinhos, o que justifica uma nova subdivisão do tempo.

Já é consenso, no Grupo de Trabalho do Antropoceno, que esse intervalo será criado, como uma época, subdivisão do Quaternário, portanto não um novo período geológico, e sim uma parte de um período já existente, o mais recente. A questão é o que vai ser usado para definir a base do Antropoceno.

Vários são os registros deixados pela ação do ser humano sobre a Terra, principalmente após a Revolução Industrial. Esse marco histórico foi pensado para ser esse registro, mas não foi bem aceito, considerando-se que o crescimento industrial pós-Segunda Guerra Mundial teria sido mais significativo. Um marco poderia ser o registro dos inúmeros testes de explosões atômicas e seu registro radioativo, assim como registro em sedimentos em fundos marinhos, fundos de lagos e espeleotemas em cavernas. Foi colocada a hipótese de se usar o registro em geleiras das mudanças atmosféricas pela ação antrópica, mas esse não seria um registro permanente, como deve ser o marco geológico para a base de uma subdivisão do Tempo Geológico.

A tendência tem sido empregar a ampla distribuição de plástico pelo planeta, inclusive microplástico encontrado em sedimentos em fundos marinhos, como um marco sedimentar de um produto gerado pelo ser humano.

Independentemente de toda essa discussão, que extrapola o meio geológico, é inegável que temos na face da Terra, pela primeira vez e talvez única, uma espécie biológica que, além de vir a definir um novo intervalo de tempo, é também capaz de definir seu futuro.

Cabe a nós, portanto, definir qual rumo tomar.

O ANTROPOCENO NO OESTE PAULISTA

Antonio Manoel dos Santos Oliveira

Um encontro com o Antropoceno

Na paisagem do interior do Estado de São Paulo, no seu suave relevo de colinas, podemos ainda encontrar córregos muito assoreados. De fato, em vários fundos dos vales podemos ver depósitos de areias, que cobriram antigas pontes, monjolos e entulharam poços dos córregos onde antigos moradores pescavam.

Claramente formados nos tempos de colonização da região, podem ser identificados em fotos aéreas antigas, descritos pelos antigos moradores da região, que ainda estejam vivos e estudados pelos pesquisadores atuais. Mas, estes depósitos, induzidos pelo processo civilizatório de ocupação do Oeste paulista, não podem ser considerados naturais, porque se não fosse essa colonização não se teriam formado. Eles testemunham uma nova época: a época do Homem como agente geológico, o Antropoceno.

A conquista do Oeste Paulista.

No processo de colonização europeia, nestes quase 150 anos de transformação do Oeste Paulista, a fase mais drástica foi a primeira, a do desmatamento, “a ferro e fogo”, que, em poucas dezenas de anos, eliminou drasticamente a vegetação primitiva. As condições naturais, que estiveram mantidas durante longos séculos de ocupação indígena, foram intensamente transformadas, revelando novos cenários, pela ação da ocupação europeia. Acabou Pindorama, agora é a história do Brasil que está sendo contada.

Um encadeamento de fatores da rápida colonização do interior do Estado de São Paulo se manifestou desde terras estrangeiras até o mais distante rincão do interior paulista: a expansão do consumo e a crescente importação do café pela Europa

e pela América do Norte; a grilagem de terras; o aumento dos capitais dos fazendeiros brasileiros que financiaram a construção de ferrovias, as imigrações de europeus e asiáticos para trabalhar nas labouras, assim como de nordestinos, que convergiram para um rápido desmatamento da região. A marcha decisiva da colonização se iniciou entre 1880 e 1910. Na década de 1930, o assim chamado sertão paulista, como grande espaço contínuo, já se restringia a uma faixa de cem a duzentos quilômetros ao longo do rio Paraná. Nos anos de 1960, a vasta região do Planalto Ocidental Paulista já se encontrava quase totalmente desnudada e já despontavam núcleos urbanos em expansão.

O desequilíbrio e a transformação da paisagem

Em cerca de 50 anos a região perdeu, quase que em sua totalidade, um dos componentes fundamentais do meio ambiente natural: o meio biótico, alterando profundamente o balanço hídrico. Depois de milhares de anos de uma dinâmica natural dos processos geológicos superficiais, a eliminação de um dos principais fatores condicionantes dessa dinâmica, alterou de forma radical o balanço hídrico e o comportamento das águas de escoamento e infiltração nos terrenos desnudos.

O desequilíbrio hídrico passou a provocar nos solos arenosos, muito sensíveis à erosão, sulcos e ravinas e, em especial, como decorrência desse desequilíbrio hídrico, voçorocas de grandes dimensões que destruíram as terras agricultadas, estradas, ruas e edificações das periferias das primeiras cidades. Todas estas erosões produziram toneladas e toneladas de sedimentos que foram pelas enxurradas colmatar os fundos vales, especialmente durante chuvas torrenciais, frequentes na região, capazes de arrastar todas as terras erodidas para os fundos vales.

A nova paisagem foi sendo desenhada nas colinas desnudadas, ocupadas por fazendas, estradas e núcleos urbanos, com as cicatrizes de erosões e os fundos de vale assoreados, numa dinâmica jamais vista no mundo natural.

Os assoreamentos dos fundos dos vales como testemunhas

Nos fundos vales a análise das camadas dos assoreamentos indica escoamentos de alta intensidade, com a presença, como fósseis atuais, de madeiras queimadas, restos de artefatos como vidros, tijolos, e até de roupas, quando próximos a áreas urbanas, indicando sua origem antrópica. Estes corpos de assoreamento foram denominados pelos cientistas de depósitos tecnogênicos, pois foram gerados pelas técnicas humanas de ocupação das terras. Depósitos semelhantes foram identificados no Oeste americano, tendo lá sido denominados depósitos aluvionares pós-ocupação ou depósitos acelerados de fundo de vale, resultantes de uma deposição que eles qualificam de culturalmente acelerada, e que são representantes similares da colonização europeia nos Estados Unidos.

As espessuras mais frequentes desses depósitos no Oeste paulista são da ordem de 1 a 3 m, tendo-se, entretanto, identificado depósitos com até 8 m. Ocupam os vales assoreando as planícies de inundação ou formando terraços aluvionares, com larguras de 50 a 200 m, podendo assim se estender por centenas e mesmo por milhares de metros ao longo das drenagens de primeira e segunda ordem. Vales com fundos chatos, no Oeste paulista são indicadores da presença dos depósitos tecnogênicos que cobrem as várzeas antigas, denunciadas pelos solos hidromórficos sotopostos, pelas raízes de taboas soterradas e descritas pelos moradores locais que tenham vivenciado as transformações ocorridas.

Verifica-se atualmente, no século XXI, que os processos erosivos no Planalto Ocidental paulista, especialmente as voçorocas, vão perdendo intensidade atingindo aos poucos certo equilíbrio, de tal forma que as idades das voçorocas ainda existentes nessa região correspondem ao tempo de ocupação. A redução do aporte de sedimentos vem favorecendo o entalhe dos depósitos tecnogênicos que assim vão sendo entalhados e erodidos, sendo os sedimentos levados cada vez mais para jusante.

Para aprofundar o conhecimento desta verdadeira epopeia do Antropoceno paulista pode-se fazer a leitura do livro *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, de Pierre Monbeig, e do artigo de Oliveira e Queiroz Neto “Aloformação Andradina: expressão do Antropoceno no Planalto Ocidental Paulista” que pode ser encontrado na *Revista do Instituto Geológico*, São Paulo, 40(1), 83-104, 2019. <http://ppegeo.igc.usp.br/index.php/rig/article/view/13215>.

AS TRANSFORMAÇÕES DAS PAISAGENS DO OESTE PAULISTA A PARTIR DAS PESQUISAS SOBRE DEPÓSITOS TECNOGÊNICOS E PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE EROSÕES EM PROPRIEDADES RURAIS

João Osvaldo Rodrigues Nunes
Érika Cristina Nesta Silva
Dener Toledo Mathias
Marcel Bordin Galvão Dias

Este trabalho teve como intuito apresentar os resultados das pesquisas realizadas por quatro profissionais que estudam a temática das transformações ambientais das paisagens do Oeste Paulista, a partir da perspectiva do Antropoceno, com ênfase nos registros humanos marcados historicamente nos depósitos sedimentares de origem tecnogênica.

Estudo de caso: córrego Tucum – município de São Pedro (SP)

Esta pesquisa faz parte da tese de doutorado *Contribuição metodológica para o diagnóstico da dinâmica erosiva linear e seu prognóstico evolutivo visando subsidiar projetos de recuperação* (MATHIAS, 2016), cujo objetivo foi realizar o diagnóstico dos processos erosivos visando gerar um mapa de tendências evolutivas e propor medidas de mitigação. Metodologicamente, foram realizados levantamentos de dados das variáveis físicas (textura, resistência dos solos e taxas de infiltração); mapeamento de detalhe das erosões; monitoramento do avanço com técnicas de topografia e a instalação de estruturas de contenção (paliçadas) em caráter experimental.

A área de estudo é constituída pelos seguintes atributos físicos: rochas sedimentares das formações Pirambóia e Rio Claro; presença de argissolos e neossolos quatzarênicos; e morfometria indicativa de forte potencial morfogenético. Em relação aos fatores

humanos predominam uso da terra com pastagens degradadas e urbanização; demanda social com ocupações irregulares de terrenos em áreas de fragilidade ambiental; obras de contenção erosiva e microdrenagem urbana inadequadas; e depósitos tecnogênicos – entulho e coberturas tecnogênicas. Como resultado foram produzidos mapeamentos dos atributos morfométricos espacializando os dados mensurados (interpolação), que possibilitou o cruzamento dos mapas e a elaboração do mapa de síntese. Isto permitiu apontar os setores com maior probabilidade ao avanço das erosões nos diversos tipos de depósitos tecnogênicos.

Estudo de caso: bacia hidrográfica do rio Mandaguari, Oeste Paulista

Esta pesquisa faz parte da tese de doutorado intitulada *Aplicação da abordagem geotecnogênica no entendimento das transformações da paisagem na bacia hidrográfica do rio Mandaguari, Oeste Paulista, Brasil* (DIAS, 2020), cujo objetivo foi compreender as transformações da paisagem na bacia hidrográfica do rio Mandaguari, a partir da análise dos depósitos tecnogênicos registrados nos fundos de vale da área, considerando-os como produtos das mudanças no uso e ocupação da terra e seus desdobramentos sobre a dinâmica dos processos superficiais. Metodologicamente, foi realizada a caracterização dos aspectos do meio físico e do uso da terra na área de estudo; a identificação e coleta de amostras em oito pontos de amostragem ao longo do canal principal da bacia; e análises laboratoriais nas amostras coletadas (análise granulométrica, datação dos sedimentos e identificação da presença de metais pesados). Em relação aos atributos físicos a área de estudo é constituída por rochas sedimentares da formação Adamantina, grupo Bauru; presença de neossolos flúvicos, argissolos vermelho-amarelos, latossolos vermelhos e depósitos tecnogênicos; e declividades pouco acentuadas. Em relação aos usos da terra observam-se áreas de pastagem, áreas agrícolas, áreas urbanas, áreas de silvicultura e remanescentes de vegetação nativa. Como resultados principais, observou-se que os processos superficiais na área estão sujeitos aos condicionantes tecnogênicos, produtos da ação humana modificadora da superfície terrestre; assim, os processos erosivos, quando ativos, contribuem para produção de sedimentos que se acumulam nos fundos de vale, formando depósitos tecnogênicos. Se os usos da terra contribuírem para a diminuição da erosão, esses depósitos serão erodidos pelo canal fluvial, evidenciando o caráter descontínuo dos processos erosivos na bacia.

Estudo de caso: Terrenos Tecnogênicos no Bairro Nova Prudente, no município de Presidente Prudente, estado de São Paulo

A pesquisa faz parte da tese de doutorado *Reconstituição geomorfológica do relevo tecnogênico em Presidente Prudente - SP* (SILVA, 2017), cujo objetivo foi analisar as transformações da paisagem através da reconstituição geomorfológica dos relevos tecnogênicos. Metodologicamente foram realizados trabalhos de campo para visualização e registro dos aspectos naturais e sociais nas paisagens; identificação dos terrenos tecnogênicos; coletas de amostras de materiais; mapeamentos temáticos; elaboração de esquemas ilustrativos, inclusive com uso de fotografias aéreas de diferentes (1962, 1978, 1995 e imagens Google Earth); e análises laboratoriais (granulometria, fracionamento da areia, observação em lupa e microscópio ótico). Em relação aos atributos físicos, predominam as rochas sedimentares da formação Adamantina, do grupo Bauru; com presença de solos hidromórficos e depósitos tecnogênicos agradacionais e degradacionais; e declividades superiores a 20% em áreas adjacentes à planície tecnogênica. Em relação à ação humana foram identificados em campo e na literatura: usos e coberturas da terra relativos à pastagens e áreas urbanizadas com finalidade residencial e comercial/institucional (área periurbana); presença de população residente de baixo poder aquisitivo; presença de antigo depósito de resíduos sólidos domésticos municipais em área de nascente. Como resultados observou-se ações sociais ao longo do tempo histórico, ocasionaram significativas formações e alterações de formas e deposições tecnogênicas da planície aluvial.

Estudo de caso: Área de Proteção Ambiental do Timburi – município de Presidente Prudente (SP)

A pesquisa faz parte do Projeto Regular FAPESP (Processo 2019/12164-4) *Recuperação de áreas degradadas da área de proteção ambiental de uso sustentável no Timburi, município de Presidente Prudente – SP*, cujo objetivo é a implementação de técnicas de bioengenharia para recuperação de áreas degradadas por erosão hídrica em propriedades rurais. Metodologicamente foram realizadas a caracterização dos aspectos do meio físico e do uso da terra na área de estudo; mapeamentos temáticos e de detalhes das erosões; instalação de estações meteorológicas automática; e instalação de estruturas de contenção (paliçadas) em áreas experimentais.

Na área de estudo predominam as rochas sedimentares da formação Adamantina, grupo Bauru; solos com textura franco-arenosa (latossolos, argissolos e neossolos litólicos); relevo colinoso de topos ondulados, com vertentes convexas, e várias cabeceiras de drenagem com amplos anfiteatros. Os usos da terra são de pastagens degradadas e cultivos agrícolas; com Demanda social de Área de Proteção Ambiental (Lei complementar 235/2019). Além disso, há presença de terrenos tecnogênicos de origem degradacional e agradacionai. Como resultados preliminares observa-se que ação humana ao longo da história de ocupação, favoreceu a formação de vários processos de degradação ambiental, uma vez que o escoamento superficial das águas pluviais ocorre de forma intensa sobre terrenos tecnogênicos declivosos muito degradados. Neste aspecto, a implementação de técnicas de bioengenharia, em conjunto com os proprietários rurais, tem gerado resultado muito positivos, como recuperação de erosões do tipo sulcos e ravinas e restabelecimento de nascentes.

EROSÃO URBANA E RURAL

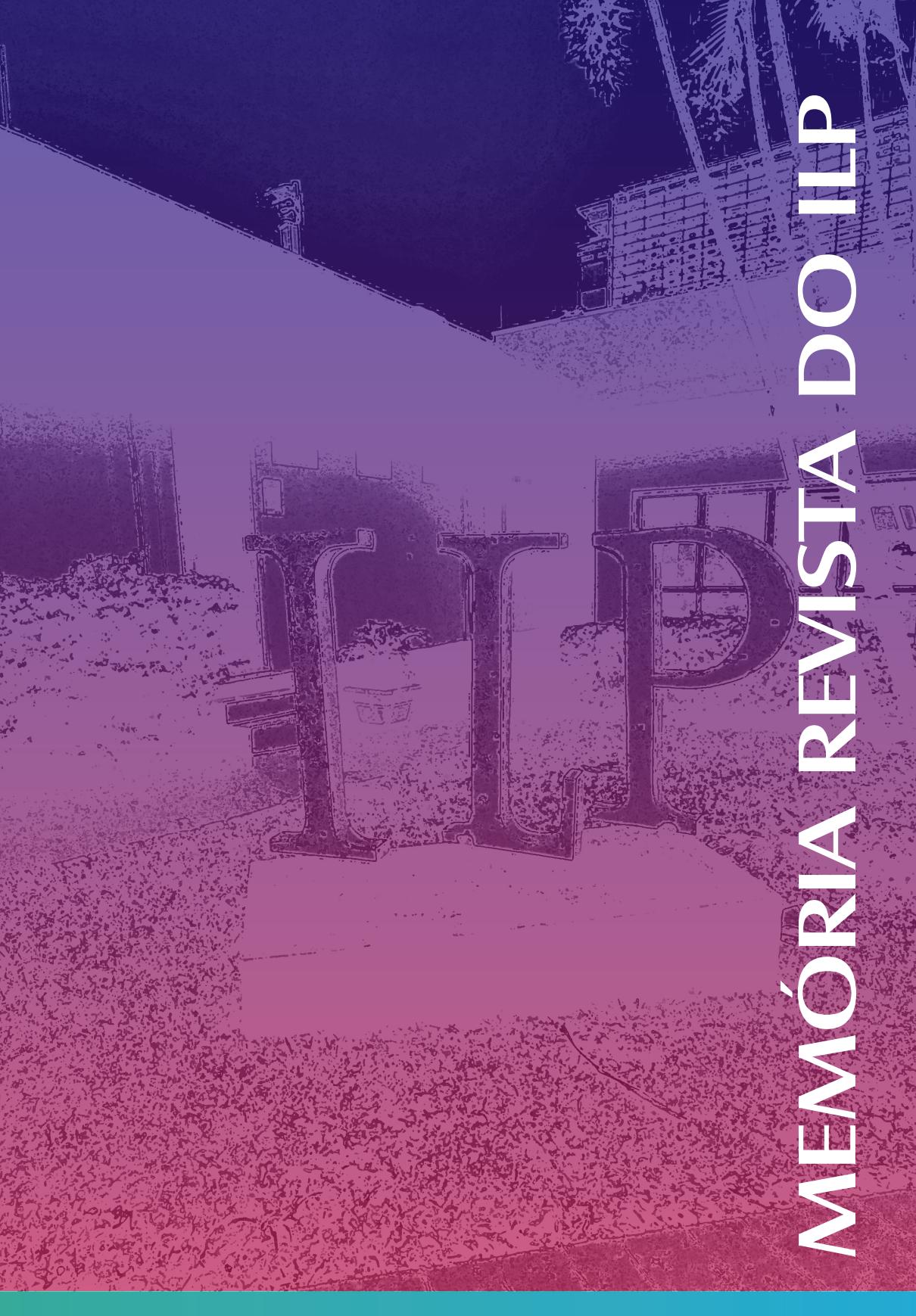
Antonio Jose Teixeira Guerra

A erosão dos solos ocorre de forma diferenciada em áreas urbanas e rurais. Esse texto procura, de forma bem geral, apontar algumas dessas diferenças, bem como o processo erosivo ocorre sobre a superfície terrestre.

A erosão em lençol é o primeiro estágio do processo erosivo, não ocorrendo marcas significativas no topo do solo. No entanto, prepara o solo, para que seja iniciada a remoção de partículas, bem como agregados, que empobrecem o solo, gradativamente. Quanto maior a turbulência do fluxo de água, maior sua capacidade erosiva. As ravinas são formadas quando a velocidade do fluxo aumenta na encosta, para velocidades superiores a 30 cm/s, tornando o fluxo turbulento. Algumas ravinas são formadas após um evento chuvoso, podendo serobliteradas por uma nova tempestade, causando uma rede de ravinas.

Em áreas urbanas ocorrem tanto ravinas, como voçorocas, mas essas são mais comuns, e podem acontecer devido ao escoamento superficial, geralmente em áreas periféricas das cidades, onde as ruas, muitas vezes não são calçadas, como pelo escoamento subsuperficial, onde a água corre abaixo das ruas e casas, provocando a dissolução de materiais, que podem causar a formação de dutos, que ao aumentarem de tamanho, podem provocar o colapso do teto, acima desses dutos. Isso pode acontecer em áreas centrais das cidades. Geralmente ocorrem perdas de bens materiais, e pode acontecer morte de pessoas também. As ravinas, quando ocorrem são mais típicas dos depósitos de tálus, existentes nas cidades. Apesar de diferentes intensidades, tanto ravinas como voçorocas ocorrem tanto em áreas urbanas, como rurais, deixando suas marcas na paisagem.

MEMÒRIA REVISTA DOILIP



O ILP E A EDUCAÇÃO POLÍTICA: PERCEPÇÕES COM BASE EM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Humberto Dantas e Iara Schiavi

Revista do ILP n.1, 2015, p. 14-29

Resumo

Levando em consideração as atividades realizadas pelo Instituto do Legislativo Paulista (ILP), desenvolvidas desde 2003, o presente artigo pretende fazer uma reflexão histórica sobre as ações, assim como apresentar brevemente trabalhos acadêmicos que utilizaram dados coletados durante atividades de iniciação política realizadas em parceria com o ILP e mostrar sua relevância para uma análise do cenário político-educacional do País. Por fim, é apresentada a comparação de três momentos distintos dos cursos que possibilita compreender como os alunos enxergam as atividades desenvolvidas.

Texto integral disponível em:

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/22010_arquivo.pdf

POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: É POSSÍVEL COMPATIBILIZÁ-LOS?

Moisés da Silva Marques

Revista do ILP n.1, 2015, p. 30-69

Resumo

Planejamento estratégico, no setor público, sempre se constituiu em um dilema no Brasil. O artigo que apresentamos busca entender como há o ajustamento entre planejamento e políticas públicas, de forma a atender à legislação e ao mesmo tempo proporcionar um planejamento de longo prazo que permita aos governos alcançar as metas estabelecidas. Mostraremos algumas técnicas de planejamento público e outras, do mundo privado, que podem ser adaptadas às políticas públicas. Certamente, uma dose maior de planejamento pode implicar melhores resultados e responsabilização pública.

SUCESSO ELEITORAL NAS DISPUTAS MUNICIPAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 2012 E SUAS VARIÁVEIS CONDICIONANTES

Adriano Codato e Mariana Lorencetti

Revista do ILP n.1, 2015, p. 70-94

Resumo

O artigo procura mensurar o impacto de certos fatores políticos, econômicos e sociais que proporcionaram maiores chances de sucesso eleitoral nas disputas ao cargo de prefeito no Estado de São Paulo em 2012. Verifica também se esses fatores seguem ou desviam-se do padrão encontrado no caso nacional. A hipótese proposta é que o Estado de São Paulo, em função de um cenário político mais competitivo e por suas características socioeconômicas mais desenvolvidas (alta urbanização, IDH elevado, renda per capita mais alta que a média do Brasil), imporia aos concorrentes mais barreiras ou, ao menos, barreiras diferentes quando comparadas com as disputas para as prefeituras nos demais estados. Em São Paulo, variáveis econômicas e políticas foram as que proporcionaram maior vantagem para os competidores, sobretudo ter patrimônio alto e já ser prefeito buscando reeleição. Isso tende a confirmar a ideia segundo a qual a política é, em estados mais competitivos, mais fechada àqueles que não possuem experiência política prévia e mais recursos econômicos (próprios ou transferidos pelos partidos) para serem investidos nas campanhas eleitorais. Em São Paulo também pudemos verificar vantagens significativas para aqueles que se candidataram por partidos de centro, muito acima dos índices do caso nacional. Foram utilizados nesta análise dados compilados pelo Tribunal Superior Eleitoral e organizados pelo Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil da Universidade Federal do Paraná.

POLÍTICAS PÚBLICAS, GLOBALIZAÇÃO E ESTADO DEMOCRÁTICO

Marco Aurélio Nogueira e Geraldo Di Giovanni

Revista do ILP n.1, 2015, p. 95-116

Resumo

O artigo trata da presença das políticas públicas na vida cotidiana dos cidadãos. Os autores escolheram uma abordagem que as trata como uma nova forma de ação política que surgiu nas sociedades democráticas do século passado, mas que nos dias atuais ganha importância e complexidade no contexto da globalização capitalista.

PARA CONHECER O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (IPRS)

Maria Paula Ferreira e Silvia Mancini

Revista do ILP n.1, 2015, p. 120-135

Resumo

O presente artigo apresenta um breve histórico sobre as circunstâncias que levaram à construção do Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS e descreve suas principais características metodológicas.

ASPECTOS RELEVANTES DO PROCESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PARLAMENTOS BRASILEIROS

Vítor Polacchini

Revista do ILP n.1, 2015, p. 138-177

Resumo

O presente estudo busca comparar alguns institutos e procedimentos do processo legislativo dos estados da federação brasileira, tendo a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo como referência. Os elementos ora comparados dizem respeito, essencialmente, ao funcionamento das comissões permanentes e à boa instrução das proposições, sob a ótica do papel legiferante do Poder Legislativo, sua democracia interna, a responsabilidade legislativa e a qualidade dos textos normativos produzidos. Desse modo, pretende-se apontar algumas imperfeições no processo legislativo paulista, sugerindo-se atenção para as mesmas e a possibilidade de adoção de algumas soluções praticadas por outras assembleias estaduais.

Texto integral disponível em:

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/22010_arquivo.pdf

PREVENÇÃO À EVASÃO ESCOLAR: CONFLUÊNCIAS ENTRE BRASIL E QUEBEC

Mariana Estevam

Revista do ILP n.1, 2015, p. 178-215

Resumo

Como expresso no título, este estudo comparativo concentra-se em algumas pesquisas e práticas que tratam especificamente da evasão escolar no sistema educacional do Estado de São Paulo e do seu paralelo (*décrochage scolaire*) no sistema educacional do Quebec (Canadá). Examina-se esse fenômeno globalizado e heterogêneo e sua incidência em cada território. Apresentam-se os desafios regionais, as pesquisas transversais e os avanços na prevenção ao abandono escolar no Estado de São Paulo e na província do Quebec. Para além das estratégias de atuação adotadas pela província canadense, das políticas públicas, são expostos os serviços de apoio aos estudantes, implementados no sistema do Quebec. Em síntese, tenta-se compreender as causas da evasão escolar ou *décrochage* e o alcance de sua interferência na economia, na política e no desenvolvimento social dos estados. A tarefa não é ver o que ninguém viu ainda, mas pensar a respeito da prevenção à evasão escolar por um viés fora das expectativas dos que estão no poder. A proposta é, à guisa de subsídio, apresentar algumas práticas quebequenses bem sucedidas, para seleção e aproveitamento, no todo ou em parte, a fim de atender interesses similares em São Paulo.

Texto integral disponível em:

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/22010_arquivo.pdf

DOSSIÊ COMISSÃO DA VERDADE (SUMÁRIO)

Breve balanço da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

Assessoria da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo
p.230-255

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/22010_arquivo.pdf

O ILP e a Comissão Estadual da Verdade: uma colaboração histórica
Marcos Couto Gonçalves

p. 256-267

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/22010_arquivo.pdf

Workshop “A Comissão da Verdade: desafios e possibilidades”
p.268-277

Seminário “O direito à verdade: informação, memória e cidadania”
p. 278- 297

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/22010_arquivo.pdf

Seminário “Psicanálise, política e memória em tempos sombrios: Brasil e Argentina”.

p. 298-316.

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/22010_arquivo.pdf

Seminário “Verdade e infância roubada”

p.317-334

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/22010_arquivo.pdf

PUBLICAÇÕES DO ILP



DICIONÁRIO DE CONCEITOS POLÍTICOS DO ILP: SINOPSE

Any Ortega, editora

Esta sinopse apresenta os conceitos tratados pelo *Dicionário de Conceitos Políticos* do Instituto do Legislativo Paulista, publicado em 2020, em suas versões sintéticas. A publicação original, editada por Any Ortega e Stanley Plácido Rosa da Silva, com os textos integrais dos verbetes, incluindo referências bibliográficas, pode ser acessada no endereço: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/24369_arquivo.pdf.

AUTORIDADE

(AUTHORITY, AUTORITÉ)

Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sahd

Dividida entre a aproximação conceitual e a instrumentalização ideológica, a noção de autoridade requer um uso particularmente cuidadoso. Por um lado, é vagamente aceita pelo senso comum, que a usa indistintamente como sinônimo de poder, força, influência ou mesmo dominação. Por outro lado, é mobilizada pelas análises contraditórias apoiadas no quadro do debate sobre a “crise de valores”: as várias soluções, “permissivas” ou “reacionárias”, preconizadas para remediar os efeitos deletérios sobre o vínculo social e seu suposto declínio nas sociedades democráticas.

BENS COMUNS

(COMMON-POOL RESOURCES, BIEN COMMUN)

Elia Elisa Cia Alves

Bens comuns constituem todo tipo de bem ou recurso ao qual não existe exclusão de acesso e, portanto, dois indivíduos podem usufruir simultaneamente, sem prejuízo na qualidade de serviço do bem. Exemplos frequentes na literatura remetem aos recursos naturais e, mais contemporaneamente, temas relacionados à arena de bens intangíveis, como inovações ou dados em rede de internet. As maiores problemáticas que envolvem esse tipo de recurso estão relacionadas a sua governança. No que se refere aos recursos naturais, como o tempo de reposição dos estoques é maior do que a velocidade de seu consumo, no limite, o uso ilimitado pode levar ao seu esgotamento. No caso de bens intangíveis, também há problemas relativos a acesso, remuneração e uso, de modo que há uma crescente literatura que busca compreender dinâmicas que possam minimizar os problemas relacionados aos bens comuns.

BUROCRACIA

(BUREAUCRACY, BUREAUCRATIE)

Gabriela Lotta, com a colaboração de Fillipe Maciel Euclides

O termo burocracia carrega diferentes significados. Ele é usado para descrever o processo de racionalização das sociedades modernas, nas quais regras baseadas na

razão tomam o espaço de relações anteriormente estruturadas pela tradição e pelo carisma. Ele é também usado para descrever organizações que seguem os princípios da hierarquia, impessoalidade, especialização e organização de processos. O termo burocracia também significa o corpo burocrático das organizações, ou seja, o conjunto de funcionários que atuam em organizações burocráticas. Por fim, ele também é usado no senso comum para descrever o que a literatura denomina de disfunção burocrática: um problema no funcionamento da burocracia.

CIDADANIA

(CITIZENSHIP, CITOYENNETÉ)

Any Ortega

A cidadania é entendida hoje como uma condição definida pelo modo de pertencimento dos indivíduos a uma comunidade política, que implica direitos e deveres e, ao mesmo tempo, pressupõe a adesão aos seus valores coletivos.

CONSERVADORISMO

(CONSERVADORISM, CONSERVATISME)

Vinicius Schurgelies

Filosofia social que designa um sistema de crenças que visa a manutenção das políticas e padrões de ordem vigentes. Apoia-se no apego à tradição e nos antigos costumes em oposição às mudanças ou inovações.

CONTRATUALISMO

(CONTRACTUALISM, CONTRACTUALISME)

Ana Carolina Corrêa da Costa Leister

O contratualismo é definido como um programa de pesquisa no sentido lakatosiano, que se caracteriza como um conjunto de teorias, tanto clássicas quanto modernas, surgido no século XVII com Thomas Hobbes, ao qual se seguiram, Locke, Rousseau e Kant (clássicos) e, no século XX, com Gauthier, Nozick, Buchanan e Rawls (modernos), dentre outros. Todas as teorias do programa adotam um núcleo teórico comum, onde fundam o Estado em um contrato social celebrado entre indivíduos racionais, autointeressados, livres e iguais. O programa de pesquisa contratualista conta, outrossim, com um conjunto de instrumentos – modelos, representações e hipóteses auxiliares – para resolver problemas, e que variam entre as teorias do programa.

CONTROLE SOCIAL

(SOCIAL CONTROL, CONTROLE SOCIAL)

Heber Silveira Rocha

O conceito de controle social é discutido por diferentes abordagens na literatura de ciências sociais. Este verbete faz um breve apanhado histórico e apresenta o conceito situado no debate público contemporâneo brasileiro, isto é, de que o controle social é a forma de como a sociedade controla as ações do Estado.

CULTURA POLÍTICA

(POLITICAL CULTURE, CULTURE POLITIQUE)

Maria da Glória Gohn

Cultura política é o conjunto de valores, crenças, atitudes e normas partilhadas pelos membros de um determinado grupo social tendo como objeto fenômenos políticos. Entretanto, cultura política não diz respeito só a valores, ao plano simbólico e subjetivo; ela expressa também processos de subjetivação que levam a ações coletivas, a comportamentos sociais públicos, construídos a partir de visões e críticas. Portanto, diz respeito não só à ação de indivíduos isolados, mas à ação coletiva de instituições, práticas e forças políticas operadas em determinado contexto; ações de grupos, movimentos, organizações sociais; em suma, sujeitos sociais coletivos e suas experiências.

DEMAGOGIA

(DEMAGOGY, DÉMAGOGIE)

Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas

Demagogia é uma palavra de origem grega que se origina no início da democracia na pólis e deriva de duas palavras: *dhmoz* (povo, população) e *agogôs/odigo* (liderar, liderança) ou ainda *agw* (guia). O termo não surgiu com a conotação que tem na atualidade. Liderar o povo ou conduzir as massas era guiar os cidadãos da recém fundada democracia grega e representá-lo, de modo a impedir que um parte da população ficasse ausente das decisões políticas. Depois das críticas de Platão e Aristóteles à democracia ateniense, o termo demagogia passou a ter outra conotação, designando aquele que controla as massas populares para atingir interesses próprios ou do grupo político que representa.

DEMOCRACIA

(DEMOCRACY, DÉMOCRATIE)

Marta Maria Assumpção-Rodrigues

A ideia de Democracia se entrelaça com a ideia de estado, i.e., para além do acesso ao poder do estado através de eleições, a democracia implica, sobretudo, na efetividade do estado de direito. Assim, temos de fato uma democracia quando o estado faz diferença no reconhecimento dos direitos de cidadania, e na formação e representação de identidades e interesses coletivos. Em uma palavra, democracia pressupõe um regime no qual o estado não vulnere os direitos políticos, civis, sociais, culturais e ambientais dos cidadãos e cidadãs.

DEMOCRACIA ATENIENSE

(ATHENIAN DEMOCRACY, DÉMOCRATIE ATHÉNIENNE)

Julio de Souza Comparini

A primeira forma importante da democracia na história remonta a Atenas do século V a.C. Fundada basicamente em três instâncias – a *ekklesia* (assembleia do povo), a *boule* (conselho) e a *heliaia* (tribunal do povo) – a democracia que derivou das reformas de Clístenes caracterizou-se por uma atribuição de cidadania que hoje consideramos insuficiente em vista de sua restritividade, mas legou-nos valores que expressam, até os dias atuais, o que há de mais belo e de melhor no espírito desse regime político: a isonomia (igualdade perante a lei), a isegoria (igualdade no direito de fala) e a isocracia (igualdade no poder).

DESOBEDIÊNCIA CIVIL

(CIVIL DISOBEDIENCE, DÉSOBÉISSANCE CIVILE)

Fernando Gonçalves Marques

A ideia do conceito (de desobediência civil) é legitimar ações de recusa a seguir regras estabelecidas por um estado civil e democrático, quando este estado adota regras ou práticas que contrariam a consciência de justiça dos cidadãos. O argumento que o sustenta é que o simples fato do estado representar um poder legítimo não significa que todas as suas ações e regras estabelecidas devem ser aceitas pelos cidadãos por ele representados. Pelo contrário, quando são impostas regras ou adotadas medidas que contrariem a consciência de justiça dos cidadãos, esses últimos podem e devem recusar seguir tais regras e explicitar publicamente suas discordâncias. Importante destacar que esse conceito é adotado para lidar com discordâncias entre cidadãos e um governo que possui legitimidade como estado, ou seja, a resistência a governos ditatoriais não deve ser considerada como desobediência civil.

DISENTO

(DISSENT, CONTESTATION)

Gabriela da Silva Tarouco

Frequentemente definido por contraste com o seu oposto, o dissenso tem na ciência política contemporânea significados que vão além da simples ausência de consenso. Entendido em termos de oposição, dissenso é fundamental para a democracia, mesmo quando dificulta o processo de decisão coletiva. Entendido em termos de conflito, dissenso é desafio inescapável para legisladores e gestores, mesmo quando pacífico.

ESPAÇO PÚBLICO

(PUBLIC SPACE/PUBLIC REALM, ESPACE PUBLIC/DOMAINE PUBLIC).

João Batista Farias Junior

Espaço público, muitas vezes tratado como domínio ou esfera pública, constitui-se como o espaço em que as pessoas se reúnem para discutir, deliberar e agir em concerto quanto a uma questão que lhes interessa igualmente.

ESTABILIDADE POLÍTICA

(POLITICAL STABILITY, STABILITÉ POLITIQUE)

Marco Antonio Catussi Paschoalotto

O conceito de estabilidade política pode transparecer inicialmente uma imutabilidade ou não transformação de um determinado sistema, neste caso o político com seu regime, cultura política e estrutura. Mas na verdade a sua caracterização é inversa, sendo a estabilidade política a capacidade de um determinado sistema político se adaptar às diferentes mudanças da sociedade e se manter constante durante um certo período.

ESTADO

(STATE, ÉTAT)

Silvio Gabriel Serrano Nunes

Estado, em linhas gerais, consiste na organização das instituições políticas em um determinado território, com o objetivo da promoção do bem comum, possuindo

características próprias no contexto histórico a ser analisado. Trata-se provavelmente do “mais central conceito no estudo da política e a sua definição é, consequentemente, objeto de intenso debate acadêmico”.

ESTADO CONTEMPORÂNEO

(CONTEMPORARY STATE, ÉTAT CONTEMPORAIN)

Maria Izabel Sanches Costa

O estado contemporâneo é um estado em rede, pois o atual contexto enfraqueceu o seu poder unitário ao criar novas formas de distribuição de poder, o que exige articulação com atores supraestatais, organizações não governamentais e a sociedade.

ESTADO DE BEM-ESTAR

(WELFARE STATE, ÉTAT PROVIDENCE)

Ana Carolina Corrêa da Costa Leister

O conceito de estado de bem-estar caracteriza um modelo de estado que incorpora direitos de segunda geração, os designados direitos sociais, incluindo, principalmente, aqueles relativos à segurança social, saúde, previdência e assistência social, mas também outros direitos como educação e moradia, entre outros, e que somente podem ser conferidos à população por meio de prestações positivas promovidas pelo estado através de políticas públicas. O objetivo dessas políticas públicas implementadas pelo estado de bem-estar é melhorar a qualidade de vida de sua população e seu fundamento é a promoção de justiça social, agora demandada como um direito, e não mais baseado na caridade assistencial pública dedicada àqueles considerados incapazes de suprir suas próprias necessidades de sobrevivência. Teoricamente, essa mudança de perspectiva deve-se especialmente a Karl Gunnar Myrdal.

ESTADO-NAÇÃO

(NATION-STATE, ÉTAT-NATION)

Alex Peloggia

Estado-nação, ou estado nacional, é uma categoria contemporânea de unidade política independente, ou tipo específico de estado, definido como uma forma de institucionalização do poder político por meio de uma configuração estatal soberana, dotada de exclusivismo territorial, cuja base social é representada pela nação, ou seja, povo com vínculos relacionados à cultura (tradição e linguagem) e história comuns.

FEDERALISMO

(FEDERALISM, FÉDÉRALISME)

Carolina Leister

O federalismo é uma espécie do gênero forma de estado e se caracteriza por uma distribuição de competências determinadas constitucionalmente entre um poder central e uma multiplicidade de poderes periféricos que possibilita a acomodação harmônica entre interesses nacionais e interesses regionais, e, eventualmente, no caso de dissensões, dispõe de instituições competentes e capazes de solucionar as contendas oriundas dessa diversidade de interesses, mantendo um laço de unidade entre os entes subnacionais representados na ordem internacional como um Estado

único [1]. A soberania pertence à união dos entes subnacionais, que mantém, contudo, autonomia diante do poder central. No Brasil, a soberania é imputada à República Federativa do Brasil, ao passo que a autonomia é atribuída à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

FORMAS DE GOVERNO

(FORMS OF GOVERNMENT, FORMES DE GOUVERNEMENT)

Ivan Filipe Fernandes

Forma de governo é o termo utilizado para definir o conjunto de instituições políticas que estruturam o exercício do poder do estado perante a sociedade. As instituições que definem a forma de governo regulam a disputa pelo poder político e o seu respectivo exercício, tendo como foco a interação entre as autoridades públicas constituídas e o restante da sociedade.

GOLPE DE ESTADO

(COUP D'ÉTAT, COUP D'ÉTAT)

Sydenham Lourenço Neto

O consenso mínimo atual sobre o que caracteriza um golpe de estado é que ele significa uma violação das regras constitucionais conduzidas por agentes que fazem parte da burocracia estatal, sejam governantes, parlamentares, militares ou juízes. Neste sentido, golpes de estado se diferenciam fundamentalmente de rebeliões ou revoluções em função dos seus agentes. Enquanto rebeliões e revoluções são realizadas por setores opositores e subalternos na sociedade, golpes de estado são realizados por aqueles que estão no poder, ou, pelo menos, fazem parte da estrutura do governo. Golpes de estado normalmente são realizados contra opositores que também estão na estrutura do poder, mas são minoritários, ou contra grupos sociais que podem ser potencialmente perigosos para aqueles que governam. De certa forma, todo golpe de estado é uma ação preventiva, realizada pelos que participam da estrutura do estado, para impedir a perda do poder que possuem e pode estar ameaçado por setores da oposição ou por outros grupos dentro do próprio estado.

GOVERNO

(GOVERNMENT/RULE, GOUVERNMENT/RÉGIME)

Mariana de Mattos Rubiano

Governar consiste em organizar e conduzir uma comunidade, povo ou população. A história nos mostra que existem muitos modos de organização e condução das comunidades e povos, isto é, existem diversas formas de governo, algumas mais autoritárias e opressoras e outras mais participativas e libertárias. Por isso, o governo pode ser entendido tanto como dominação quanto como poder organizado e institucionalizado coletivamente. No primeiro caso, é estabelecida uma divisão entre governantes e governados e uma relação de mando e obediência que, em alguma medida, faz uso de meios violentos; já no segundo caso, instituições e leis são criadas para assegurar a liberdade pública, ou seja, que muitos possam tomar parte nos assuntos que dizem respeito à comunidade.

HEGEMONIA

(HEGEMONY, HÉGÉMONIE)

Sydenham Lourenço Neto

Na linguagem comum, hegemonia se confunde com domínio e muitas vezes os dois termos são usados como sinônimos. De fato, as duas palavras têm uma origem etimológica em comum, a partir da palavra grega *egemonia*, originalmente significando uma espécie de controle completo sobre algum outro grupo social. Nas relações internacionais, até hoje, hegemonia significa a capacidade que um país tem de impor que outros países se submetam aos seus interesses. Contudo, a partir, principalmente, da contribuição de Antônio Gramsci, hegemonia passou a significar um controle de países ou grupos sociais internos que é, fundamentalmente, baseado na formação de uma espécie de consenso sobre ideias e valores e, enquanto domínio, passou a ser usado para o exercício do poder baseado na coerção. Podemos dizer que hegemonia é o poder legitimado, principalmente, na comunhão de ideias, enquanto domínio é o poder obtido, principalmente, através do medo de sanções impostas pelos mais poderosos.

IDEOLOGIA

(IDEOLOGY, IDEOLOGIE)

Ricardo George de Araújo Silva

Pode ser entendida como um conjunto de ideias que expressam uma visão distorcida da realidade. Desse modo, expressa a lógica interna da ideia que assume a pretensão de explicação total. Conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada do real, que se dá através da ideologia dominante.

INTERESSE PÚBLICO

(PUBLIC INTEREST LAW, INTÉRÊT PUBLIC)

Marcelo Arno Nerling

Conceito plurívoco sobre o titular do interesse público, do interesse geral, da supremacia, numa democracia. A vagueza e o caráter genérico do termo permitem que seja facilmente manipulável, sendo analiticamente pobre e útil para uma guerra de versões apregoa a crítica. Para nós, é princípio implícito da doutrina e norma que deve ser levado a sério no preparo da decisão pela interpretação. Não é um conceito neutro, inocente, objetivo, mas seletivo. Emerge da relação jurídica e não de uma supremacia *a priori*.

LAICIDADE

(LAICISM, LAÏCITÉ)

Silvio Gabriel Serrano Nunes

A laicidade consiste na disciplina institucional das relações entre o estado e as confissões religiosas – incluindo o respeito por aqueles que não manifestam qualquer crença – que estabelece um distanciamento do poder estatal, considerado salutar nos padrões contemporâneos civilizatórios, no que tange às pretensões dos credos religiosos, da consciência das pessoas. Nesse âmbito, o poder estatal apenas se manifesta quando necessário para manter a ordem pública ou defender as legítimas manifestações ou intenções de uma confissão religiosa ou crença, turbadas ou ofendidas por uma parcela da sociedade ou por órgão do poder público, nos estritos termos constitucionais e legais.

LEGITIMIDADE

(LEGITIMACY, LÉGITIMITÉ)

Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sahd

A palavra legitimidade e seus cognatos têm uma variedade de sentidos relacionados, porém diferentes. Legitimidade define uma ordem política ou social reconhecida tanto como poder quanto como autoridade. O consentimento da comunidade com o que é considerado justo e de acordo com os princípios que aceita como seus é o seu principal recurso. A questão crucial é saber como um poder se torna aceitável e por que os indivíduos o obedecem. Legitimidade é questão de crença, de adesão a princípios de governo, mas também de socialização política, ou seja, de instilar um sentimento de respeito pelo regime e pelas autoridades. Depende, por um lado, de representações coletivas, mitos e ideologias de caráter simbólico relativos ao poder (monárquico ou democrático, por exemplo) em uma determinada época e sociedade; de outro, os resultados aceitos ou não do exercício prático desse poder. O imaginário, o simbólico, os sistemas de valores têm ainda mais peso na legitimação de um poder do que o quadro normativo formal em que está inscrito.

LIBERDADE

(FREEDOM, LIBERTÉ)

Rodrygo Rocha Macedo

Utilizando-se a perspectiva da história das mentalidades no Ocidente, é permitido conceber liberdade como o processo contínuo de autodeterminação dos indivíduos em termos de crenças, opiniões e escolhas, bem como seus efeitos na esfera pública mediante o acesso às instituições, sem riscos vitais para quem age livremente ou para outrem. Dito de outro modo, liberdade é agir, nas dimensões pública e privada, em prol da confirmação da autonomia e da preservação físico-psíquica tanto do próprio indivíduo quanto do grupo que ele integra.

LIBERDADES CIVIS

(CIVIL FREEDOM, LIBERTÉ CIVILE)

Thiago Mendonça de Castro

Liberdade é o poder de agir livremente, em uma sociedade organizada, dentro dos limites impostos pela lei. Em uma acepção mais erudita, liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. É esse último o conteúdo que se extrai do art. 4º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada após a Revolução Francesa, em 1789. Ainda, tais limites apenas podem ser determinados pela lei.

LINGUAGEM POLÍTICA

(POLITICAL LANGUAGE, LANGUAGE POLITIQUE)

Any Ortega

Forma de linguagem específica do discurso e da argumentação no campo político, base da vivência política e caracterizada pela referência a diferentes visões de mundo, ser humano e sociedade, pela frequente ambiguidade e emotividade, bem como por ser ideologicamente definida e ter por finalidade, além de propiciar o debate, por meio deste influenciar pensamentos e ações de indivíduos ou grupos.

MOVIMENTOS SOCIAIS

(SOCIAL MOVEMENTS, MOUVEMENT SOCIALES)

Maria da Glória Gohn

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas dos indivíduos organizarem e expressarem suas demandas. Definições clássicas citam como suas características básicas: uma identidade, um opositor, um conflito, e um projeto de vida e de sociedade. Eles adotam diferentes estratégias e repertórios de ação, da denúncia à pressão direta com mobilizações, protestos, manifestações, marchas, concentrações, ocupações, passeatas, atos de desobediência civil, negociações etc. Podem ter organização mais ou menos verticalizada, ou horizontalizada, e usualmente compõem-se de líderes, bases e mediadores (que podem ser externos), apresentando certa continuidade e permanência.

NAÇÃO

(NATION, NATION)

Alex Peloggia

O termo nação representa um conceito que, conquanto amplamente difundido no mundo contemporâneo, é vago. Usualmente utilizado para indicar um país e o povo que nele habita, também pode ser entendido como um conjunto de pessoas ou grupos sociais constituindo uma comunidade política. Isto não necessariamente implica homogeneidade cultural, mas eventualmente sim, em função do compartilhamento, pelos membros da coletividade social, de um senso de identidade comum e de história, pertencimento geográfico, origem étnica, religião, vida econômica e bases políticas. Há que se considerar também a ocorrência de nações sem estado, caso que implica na ausência, aos seus membros, de soberania política sobre um dado território reclamado.

PARLAMENTO

(PARLIAMENT; PARLEMENT)

Margareth de Lima Grilo

Um conjunto de assembleias, composta por cidadãos eleitos periodicamente pelo povo para representá-lo no exercício das funções de elaborar normas gerais e abstratas (função legislativa) e fiscalizar os atos do poder executivo (função fiscalizadora ou de controle), cujas prerrogativas e regras gerais de organização e funcionamento estão previamente definidas em uma constituição.

PARTIDOS POLÍTICOS

(POLITICAL PARTIES, PARTIS POLITIQUES)

Claudio Mendonça Braga

Partidos políticos, em essência, são agrupamentos de pessoas que almejam o poder político, seja para conquistar ou para conservar o governo de determinada organização estatal.

PODER

(POWER, POUVOIR)

Natalia N. Fingerman

Em termos gerais, a palavra poder é usualmente compreendida como a capacidade ou oportunidade de impor a sua vontade sobre algo ou outrem. Porém, é certo que

na área da ciência política ainda existem controvérsias sobre a sua definição, uma vez que ela permeia diferentes esferas das relações sociais. O debate em torno do poder transita historicamente por questões relativas à sua natureza e forma, e a sua complexidade provoca a construção de um conceito altamente contestado. As perguntas sobre quem detém poder, qual a sua legitimidade, quais são os seus instrumentos ou recursos (políticos, econômicos, militares, entre outros) e como analisar a capacidade de ação de um indivíduo, grupo social, instituição ou estado sobre os demais são apresentadas por diversos autores, que se dividem em, ao menos, três concepções: a) poder como resultado da posse de recursos; b) poder como resultado do comportamento ou poder relacional; e c) poder como produtor da realidade.

POVO

(PEOPLE, PEUPLE)

Marcelo Arno Nerling

Conceito plurívoco sobre o titular do poder constituinte, da soberania e do poder supremo da dominação numa democracia; *idolum mentis*, ícone de veneração declamatória sem o devido respeito prático e submissão política jurídica, na estrutura e no funcionamento do estado. Parte integrante do sistema vigente desde a formulação da prescrição jurídica, deve ser levado a sério como conceito político jurídico carente de interpretação.

PROCESSO LEGISLATIVO

(LEGISLATIVE PROCESS, PROCESSUS LÉGISLATIF)

Camila Dobner Pereira

Processo legislativo é o conjunto de atos realizados ipicamente pelo Poder Legislativo dos diversos entes federativos, de acordo com as competências e tipos legislativos respectivos, visando à elaboração de normas em geral. Inclui, de modo geral, as fases de iniciativa, discussão, deliberação, sanção ou voto, promulgação e publicação, contando, assim, com a participação de outros Poderes ou órgãos colaboradores, principalmente no que se refere à iniciativa, por vezes atribuída ou permitida a outro Poder em razão da matéria, e à sanção ou voto, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo.

RAZÃO DE ESTADO

(REASON OF STATE, RAISON D'ÉTAT)

Sirlene Nunes Aredes

Consoante essa teoria, diante de situações extremas ameaçadoras da segurança do estado, os governantes devem adotar medidas políticas, econômicas, morais e jurídicas para garantir a subsistência do estado, ainda que essas medidas não sejam aceitas em tempo de normalidade (princípio da derroga). A razão de estado coloca-se tanto para os estados em suas relações internas, como nas relações entre eles. Ela também fundamenta o segredo de estado (segredo dos gabinetes ou *arcana imperii*) como mecanismo de garantia de eficácia de suas atuações e como reconhecimento que os meios usados não são aceitos sob o aspecto moral ou jurídico. Assim, três são seus pressupostos: a) necessidade de medidas excepcionais; b) justificativa dos meios pelo fim superior; c) manutenção do segredo.

REFERENDO

(REFERENDUM, RÉFÉRENDUM)

Stanley Plácido da Rosa Silva

O referendo é um mecanismo de consulta popular que permite aos eleitores realizar uma escolha em relação a um determinando assunto, já contido em lei previamente elaborada. Comumente confundido com o plebiscito, a principal diferença entre os termos reside no fato de, no plebiscito, a consulta ocorrer *antes* da elaboração da norma legal ao passo que, no referendo, os eleitores se manifestam *depois* de sua elaboração, ratificando-a ou não.

REGIME POLÍTICO

(POLITICAL REGIME, RÉGIME POLITIQUE)

Ivan Filipe Fernandes

Regime político é o termo utilizado para classificar o conjunto de instituições políticas que organizam as atividades estatais e o exercício do poder sobre a sociedade. As instituições que definem um regime político são aquelas que determinam os termos e regras da disputa e compartilhamento do poder e o seu respectivo exercício, inclusive no que toca às relações entre a autoridade pública e o restante da sociedade. Podemos definir os regimes políticos como o conjunto de normas e procedimentos oficiais e informais que delimitam o comportamento dos grupos que disputam o poder político, tornando assim possível o desenvolvimento regular e ordenado da luta pelo poder, do exercício da autoridade política e de todas as outras atividades vinculadas à definição e ao exercício de autoridade.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

(POLITICAL REPRESENTATION, REPRÉSENTATION POLITIQUE)

Margareth de Lima Grilo

Representação política pode ser definida como um mecanismo que visa assegurar a participação do povo no poder, sem exercê-lo diretamente. Em outras palavras, embora seja a fonte legítima do poder, o povo o exerce de forma indireta, por meio de representantes eleitos periodicamente.

REPÚBLICA

(REPUBLIC, RÉPUBLIQUE)

Vinicius Ruiz Albino de Freitas

Na definição atual amparada nas tipologias das formas de estado, república se contrapõe à monarquia. Na primeira, o chefe de estado é eleito direta ou indiretamente pelo povo, de acordo com o sistema eleitoral de cada país. Em uma monarquia, o chefe de estado conquista o cargo por direito hereditário.

REVOLUÇÃO

(REVOLUTION, RÉVOLUTION)

Alexandrina Paiva da Rocha

Revolução é um fenômeno político sem precedentes até o século XVIII, com as revoluções Americana (1776) e Francesa (1789), quando houve não somente uma

mudança da estrutura da política, mas também da sociedade daquele período destacando as seguintes características: violência, um novo início para a história, defesa da questão social, liberdade e liberdade.

SISTEMAS DE GOVERNO

(GOVERNMENT SYSTEM, SYSTÈME GOUVERNEMENTAL)

Ivan Filipe Fernandes

Sistema de governo é o termo utilizado para classificar o modelo de relacionamento e interação entre os poderes constituídos, com ênfase principal no modo pelo qual se organizam as relações entre os poderes Executivo e Legislativo nas democracias contemporâneas.

SISTEMA ELEITORAL

(ELECTORAL SYSTEM, SYSTÈME ÉLECTORAL)

Claudio Mendonça Braga

Sistema eleitoral é o conjunto de normas que regulam os processos pelos quais as preferências eleitorais são articuladas em votos e pelos quais esses votos são transformados em parcelas de autoridade governamental entre os partidos políticos em disputa.

SOCIEDADE CIVIL

(CIVIL SOCIETY, SOCIÉTÉ CIVILE)

Any Ortega

Por sociedade civil em geral se indica contemporaneamente, quanto não haja definição consensual, o conjunto de elementos ou esferas sociais (grupos, instituições, mecanismos) que se situam fora do campo de ação do Estado, em posição intermediária entre este e o mercado, ou ainda o domínio de atividades que escapa do âmbito do estado, incluindo-se o mercado.

TECNOCRACIA

(TECHNOCRACY, TECHNOCRATIE)

Marcelo Arno Nerling

Conceito que envolve o poder supremo numa burocracia. A tensão entre o governo de políticos e o governo de tecnicocratas não permite concluir que seja um conceito neutro, inocente, objetivo, mas seletivo, dominável. A competência fundamenta o poder dos técnicos desde os antigos prenúncios de civilizações. Palavra derivativa do grego *tekhnē*, que pode significar técnica, destreza, habilidade, aptidão, e *kratein*, que designa governo, ou *kratos* ‘detido’ ou ‘apropriado’ pela tecnicocracia, que acende como poder na sutil capacidade de influenciar, mediante o papel de consultor técnico, as decisões públicas.

TECNOPOLÍTICO / TECNOPOLÍTICA

(TECHNOPOLITICAL / TECHNOPOLITICS, TECHNOPOLITIQUE)

Victor Correa

Expressão polissêmica que, na circunscrição do campo de políticas públicas, pode ser compreendida a partir de três categorias: i) como processo organizacional, caracterizando

uma gestão capaz de superar a dicotomia política *versus* técnica; ii) como predicado dos atores públicos, mediante a percepção de que suas ações são dotadas de caráter técnico e também político; e iii) como transformação nas práticas políticas, a partir da utilização de tecnologias de informação e comunicação (TICs).

TEOCRACIA

(THEOCRACY, THÉOCRATIE)

Odir Züge Jr.

Consiste teocracia na organização política e uso do poder em nome da(s) divindade(s), quando não sua própria encarnação, como fonte de todo poder. Nas teocracias, chefias de estado e governo, poderes legislativo e judiciário ou são exercidos diretamente pelo clero, ou estão submetidos a ele. Desta forma, a legislação pode derivar de livros ou princípios tidos como sagrados e ou revelados e, da mesma forma, o poder judiciário julga de acordo com regras e princípios emanados da fonte religiosa. No mesmo sentido são exercidas as políticas de estado e governo, seguindo as mesmas regras e os mesmos princípios.

TERRORISMO

(TERRORISM, TERRORISME)

Lucas Barreto Dias

Por *terrorismo* se pode designar um modo de ação e pensamento que se realiza por meio de práticas violentas que visam gerar terror. O terrorismo, assim, não tem necessariamente como finalidade atingir um objeto específico com sua violência, mas, para além dele (caso o haja), pretende aterrorizar uma população, um governo ou mesmo ambos. O terrorismo, assim, é um modo de dominação ou de resistência que usa a prática do terror como instrumento.

TOTALITARISMO

(TOTALITARIANISM, TOTALITARISME)

Alexandrina Paiva da Rocha

Totalitarismo é uma forma de governo sem precedentes na história da política ocidental na Rússia stalinista, Itália fascista e Alemanha nazista/hitlerista no século XX. Embora haja diferenças, podemos traçar algumas características semelhantes na manutenção do domínio total, dentre elas: ideologia, logicidade e terror.

CADERNOS DO ILP: 1(1-2), 2020

(sumário)

Publicação de livre acesso disponível em:

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/24368_arquivo.pdf

Produção Acadêmica

O Parlamento Jovem Paulista e a importância dos programas de letramento político.

Laura Ávila de Souza

O exercício do poder de fiscalização da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e o fomento ao controle social.

Ana Carla Albiero Sousa

Cidadania plena: um direito fundamental sob a competência da Comissão de Educação e Cultura do Poder Legislativo Paulista

Maurício Nespeca

Gestão de pessoas: processo seletivo em instituições públicas e empresas privadas

Camila Carvalho Ribeiro

Os programas habitacionais desenvolvem a cidadania ou despertam o mercado imobiliário?

Edna Pereira Matos

Recrutamento e seleção na ALESP: desvendando o mito do concurso de 2010.

Angela Satie Takeya Nakamura

A política de desonerações fiscais no Estado de São Paulo, um estudo sobre a transparência e o papel do Poder Legislativo

Maria Cleonice Coelho

Informação Técnica

Curso de Iniciação Política: o desafio da adaptação virtual e os resultados do ILP.

Humberto Dantas

Arrecadação, gastos e prestação de contas: campanha eleitoral de 2020

Fernanda Caprio

Sínteses Didáticas

Antropoceno, Arte e Literatura: a arte como registro estratigráfico e a agência geológica humana.

Alex Peloggia

A questão política em Platão

Júlio de Souza Comparini

A política de Aristóteles

Ana Claudia Lopes

Cícero: o conceito de república

Isadora Prévide Bernardo

Barão de Montesquieu: o *Espirito das Leis*

Giulia Yumi Zaneti Simokomaki

O fator geográfico na política internacional: entre a geopolítica e a geohistória.

Alex Peloggia

A filosofia política de Marco Aurélio: o estoicismo do Imperador Filósofo

Isadora Prévide Bernardo e Sílvio Gabriel Serrano Nunes

O Federalista: por um diálogo de noções clássicas com a contemporaneidade

Rodrigo Fuziger

Livres e Iguais: uma introdução ao pensamento de John Rawls

Paulo Gustavo Guedes Fontes

István Mészáros: entre capital e capitalismo

Bruno Fraga Pistinizi

CADERNOS DO ILP: 2(1), 2021

(sumário)

Publicação de livre acesso disponível em:

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/24548_arquivo.pdf

Produção Acadêmica

Juventude e política: uma análise dos projetos de lei do Parlamento Jovem Paulista.

Laura Ávila de Souza

O tema da defesa do patrimônio cultural no Parlamento paulista: o processo legislativo, seus sujeitos e contextos.

Any Marise Ortega

Reflexões Livres

O princípio da solidariedade e o caso da Favela Paraisópolis no enfrentamento à Covid-19.

Roberta Mucare Pazzian e Giulia Yumi Zanetti Simokomaki

Ciência, mito e poder: por que a disputa de narrativa em nossa sociedade tem buscado tanto apoio na ciência?

Ana Carla Albiero Sousa e Klinger Luiz de Oliveira Sousa

Informação Técnica

O Programa ILP Pesquisa – IPRS: proposta básica e resultados preliminares de investigação bibliográfica.

Any Ortega

Sínteses Didáticas

A evolução histórica dos partidos políticos no Brasil.

Silvio Gabriel Serrano Nunes

A multiculturalidade dos quadrinhos caricaturais.

Gazy Andraus

Derrida: a justiça da desconstrução.

Julio de Souza Comparini

Gestão de riscos geológicos e políticas públicas: conceitos fundamentais e análise multidimensional.

Alex Peloggia

A criatividade artística dos fanzines

Gazy Andraus

O Antropoceno político:

uma visão a partir da teoria das relações internacionais de Ekkehart Krippendorff.

Alex Peloggia

O Brasil na ONU - 75 anos:

passado, presente e perspectivas para o futuro.

Thiago dos Santos Dias, com comentário de Alex Peloggia

A Constituição política do Império do Brasil ou Constituição de 1824.

Rodrigo M. Tardeli

O desenvolvimento da educação pública e a administração pública brasileira.

André Galindo da Costa e Samira Saleh.

Covid-19 e direitos humanos nas periferias de São Paulo:

o caso da Brasilândia.

Cláudio Rodrigues Melo e Silvio Gabriel Serrano Nunes

As constituições do Brasil República (1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988).

Silvio Gabriel Serrano Nunes

O estado trata igualmente os homens e as mulheres?

Maria Angelica Fernandes

Resenha

O Antropoceno: uma breve (e boa) introdução, por Erle Ellis.

Alex Peloggia

Política Editorial



POLÍTICA EDITORIAL

A *Revista do ILP* é uma publicação institucional de caráter técnico-científico e cultural, de livre acesso e distribuição, cujo objetivo é contribuir para a consecução das atribuições de pesquisa e extensão do Instituto do Legislativo Paulista.

Com revisão pelos pares do conteúdo submetido, divulga artigos originais e inéditos de pesquisa ou discussão teórica e revisão, nos campos da Ciência Política, Políticas Públicas, Governo, Gestão Pública e atividade legislativa, bem como em temas técnico-científicos de relevante interesse social contemporâneo.

O periódico recebe e analisa e expõe contribuições provenientes do amplo leque de pensamento que constitui a cultura, respeitados os princípios democráticos e disposições constitucionais da Federação e do Estado de São Paulo.

Informações e normas para autores podem ser solicitadas pelo e-mail: amortega@al.sp.gov.br.



**Publicação do Instituto de Estudos, Capacitação
e Políticas Públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo
Instituto do Legislativo Paulista - ILP**